

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

GABRIEL ANTONIO CAMERAN

SEGUINDO A JORNADA DE UM CELULAR:
etnografia do circuito sacoleiro entre Paraguai e Brasil

SÃO CARLOS/SP

2024

GABRIEL ANTONIO CAMERAN

SEGUINDO A JORNADA DE UM CELULAR:
etnografia do circuito sacoleiro entre Paraguai e Brasil

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar)
Orientador: Gabriel de Santis Feltran

SÃO CARLOS

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Gabriel Antonio Cameran, realizada em 09/05/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (CNRS)

Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)

Prof. Dr. Fernando Rabossi (UFRJ)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a CAPES pela bolsa de 24 meses, sem a qual não conseguiria desenvolver a presente pesquisa. Fundamentais também minha mãe Rosa e ao meu pai Claudio que deram o apoio necessário para realização deste mestrado. À minha companheira Gabriella que passou comigo os momentos bons e ruins. Ao meu orientador Gabriel por tudo, assumiu a orientação mesmo em um período de mudança, sempre teve paciência e deu toda confiança para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar de maneira geral pela contribuição substantiva no trabalho e pelo acolhimento. Um carinho especial pela Laura Grosso com quem estabeleci contato logo a partir da entrada no programa, e no período de mudança para São Carlos (SP) conversas quase diárias foram importantes. Também ao Luiz Gustavo Simão Pereira, João Otávio Galbieri e João Perin pelas mais diversas trocas que me fizeram crescer academicamente e me sentir mais à vontade em São Carlos.

Aos amigos dos grupos de pesquisa. O Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais (LAFRONT) que vêm fazendo parte da minha formação desde a graduação, e os encontros entre os membros, seja em eventos acadêmicos ou eventual, sempre são colocadas questões importantes para reflexão. Ao Núcleo de pesquisas urbanas (NaMargem) que participei de encontros e encontrei caminhos para desenvolver a pesquisa que não estavam no meu horizonte.

Agradecimentos muito sinceros a Adriana Dorfman (UFRGS) a quem tive o prazer de conhecer, a sorte de compartilhar o mesmo tema de pesquisa, celulares, realizar trabalho de campo e entrevistas coletivamente. Sinceramente tive sorte em muitos momentos da pesquisa, mas estabelecer contato com a Adriana em especial foi algo surpreendente. Fica o abraço ao meu orientador de graduação, companheiro de trabalho, grandíssimo Eric Cardin, que estabeleceu contato. E a Luana Casagrande orientanda da Adriana, que também realizou campo e trabalhou na organização dos dados. Ainda tive a oportunidade de realizar trabalho de campo com Gabriel Almeida Felix (PPGSS/Unioeste) que facilitou acessos e permitiu interações importantes para a pesquisa.

Ainda, tive sorte com meus interlocutores. Acessei pessoas dispostas a interação e que se dispuseram a apresentar seus mundos para alguém de fora. Aprendi muito, e muito além do que pude escrever aqui. Realizei várias entrevistas e transitei por diferentes espaços até encontrar o caminho certo para efetivação da pesquisa. A todos que de alguma forma puderam contribuir e não foram nominados aqui, um sincero muitíssimo obrigado!

RESUMO

Há um mercado de smartphones que circulam principalmente a partir de Ciudad del Este (PY). O apresento a partir de duas jornadas específicas: “artesanais” e “sistemáticas”. Esta pesquisa se insere em um movimento que pretende pensar diferentes faces da “globalização popular” indicando atores, estratégias e acumulação. Estudando as características dessas jornadas, argumento que a sacolagem é parte fundamental da globalização contemporânea, uma vez que coloca em movimento e em certa medida tensão, legitimidades, regimes normativos e circulação de dinheiro deslocada de elites hegemônicas como lojas de varejo estabelecidas. Para captar estes deslocamentos operamos etnografia multissituada, com inserção em jornadas possíveis, ou seja, em sequências episódicas de deslocamento captadas em campo, e complementadas com vídeos e documentários representativos da realidade observada. Além disso, foram coletados e tratados dados secundários como da Receita Federal do Brasil e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Palavras-chave: Celular; Biografia Mercantil; Jornadas; Globalização Popular.

ABSTRACT

There is a cellphone trade that happens mainly from Ciudad del Este (PY). It will be presented based on two specific journeys: “artisan” and “systematic”. This research is part of a movement that aims to think about different faces of “popular globalization” indicating actors, strategies and accumulation. Analysing the characteristics of these journeys, it is presented that *sacolagem* is a fundamental part of contemporary globalization, since it creates tension, legitimations, normative regimes and circulation of money displaced from hegemonic elites such as established retail stores. To capture these displacements, we operate multi-situated ethnography, inserting possible journeys, in other words, in episodic sequences of displacement captured in the field, and complemented with videos and documentaries representing the observed reality. Moreover, secondary data such as those from the Internal Brazilian Revenue Service and the National Telecommunications Agency (ANATEL) were collected and processed.

Keywords: Cell phone; Commercial Biography; Journeys; Popular Globalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS		
Figura 1 -	Representação da jornada artesanal, referência do dólar 5,20 reais	23
Figura 2 -	<i>Caja dos mesiteros</i> em Ciudad del Este	30
Figura 3 -	Aparelho RNote	38
Figura 4 -	Aparelho MOTO G-31	40
Figura 5 -	Representação da jornada artesanal, referência do dólar 5,25 reais	41
GRÁFICOS		
Gráfico 1 -	Mercado brasileiro de celulares no Brasil (2009 – 2022), em milhões de unidades	9
Gráfico 2 -	Unidades de aparelhos apreendidos pela Receita Federal de Foz do Iguaçu (2009 – 2022)	10
Gráfico 3 -	Custo médio de aparelho apreendido X Salário-mínimo brasileiro	11
Gráfico 4 -	Dados do IDC em mil de unidades - Mercado não oficial de celulares no Brasil (2009 – 2014)	57
Gráfico 5 -	Dados do IDC em mil de unidades - Mercado não oficial de celulares no Brasil (2015 – 2022)	61
Gráfico 6 -	Flutuação de preço do Rnote entre janeiro de 2022 e março de 2024	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 – O DEBATE NA LITERATURA.....	12
1.1.1 Reorganização pelo mercado.....	12
1.1.2 Reorganização promovida por práticas do Estado Brasileiro	14
1.1.3 “Da fronteira aos portos: de Ciudad del Este à São Paulo”	15
1.2 O MÉTODO DAS JORNADAS E SEU USO NESTA DISSERTAÇÃO	16
1.2.1 Conceitos analíticos fundamentais	16
1.2.2 Sobre a coleta de dados e a implicação no texto.....	19
1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	22
2 DE CIUDAD DEL ESTE PARA MEDIOLÂNDIA: UMA JORNADA ARTESANAL.....	24
2.1 MERCADORIA A SER VENDIDA	25
2.2 MERCADORIA A SER COMPRADA.....	27
2.3 “BEM” GUARDADO	30
2.4 “AGORA É COM VOCÊ, VAMO JOGAR NO TEU PEITO O QUE TIVER, BELEZA?”	35
2.5 ILEGALISMO VIAJANTE – VIAGEM EM TENSÃO	37
2.6 “PODEMOS FAZER UM ROLO”	38
3 DE CIUDAD DEL ESTE PARA SÃO PAULO: UMA JORNADA SISTEMÁTICA.....	42
3.1 “ESSA VAI SER A SÉTIMA VEZ QUE ATRAVESSO ESSA PONTE HOJE”	43
3.2 COTA PASSANDO.....	45
3.3 BAGAGEM EMBARCANDO	47
3.4 VIAJANDO COM O “CERTO”	50
3.5 ENCOMENDA CHEGANDO.....	53
3.6 VAREJO, ATACADO OU “DROPSHIPPING”?	56
4 O PANO DE FUNDO DA BIOGRAFIA – DISPUTAS ENTRE MERCADOS HOMOLOGADOS E NÃO HOMOLOGADOS	58
4.1 PRIMEIRO ATO: 2009 – 2014	59
4.1.1 O lado paraguaio da fronteira.....	60
4.1.2 O lado brasileiro da fronteira.....	61
4.2 SEGUNDO ATO: 2015 a 2022	63
4.2.1 De volta para o Paraguai: 2015 a 2022	64
4.2.2 De volta para o Brasil: 2015 A 2022	66
5 CONCLUSÃO	73
5.1 GLOBALIZAÇÃO POPULAR – BIOGRAFIA E VIAS SECUNDÁRIAS	73
5.2 BIOGRAFIAS.....	73

5.3 AS VIAS SECUNDÁRIAS	75
5.3.1 Viajando de carro	76
5.3.2 Viajando de ônibus.....	77
5.4 ENTRE O LEGAL E O ILEGAL.....	78
REFERÊNCIAS:.....	79

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação conheceremos a biografia econômica e social de um celular durante um curto período de sua fase mercantil. Seguiremos a cadeia de valor que começa com a venda do aparelho em Ciudad del Este, no Paraguai, e acompanharemos todas as desventuras implicadas em sua distribuição para revenda nos interiores do Brasil. Estudando atores e características dessa jornada, argumento nesta dissertação que a *sacolagem* é parte fundamental da globalização contemporânea, e que ela poderia ser pensada a partir da oposição, e das relações internas, entre *circuitos artesanais* e *circuitos sistêmicos*.

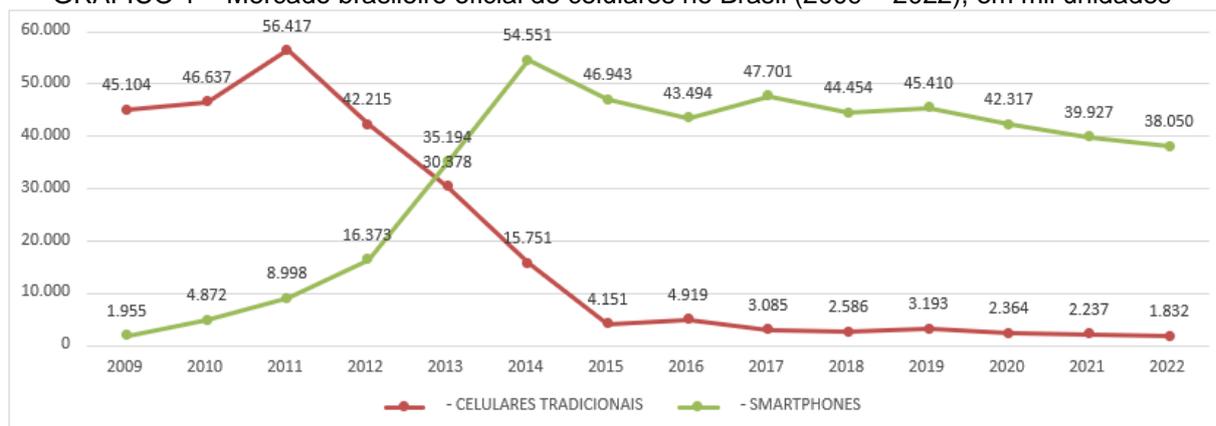
Fiz pesquisa de campo em diferentes pontos da jornada, existe uma relação atores e saberes do circuito sacoleiro, imerso nos mercados informais e na globalização por baixo. O aparelho que vamos acompanhar nessa etnografia móvel é produto de sucesso da empresa chinesa de tecnologia Xiaomi; o modelo escolhido foi o Redmi Note 11, que chamaremos aqui apenas de RNote.

Para que tenhamos uma estimativa da dimensão desse mercado no Paraguai, apenas uma das lojas em Ciudad del Este, de propriedade de um de meus interlocutores em campo, vende cerca de 250 mil aparelhos por ano. O mesmo indicou que outras nove lojas na cidade possuem faturamento similar. Assim, apenas no círculo etnográfico mais próximo em que trabalhei, 2,5 milhões de aparelhos celulares são vendidos a cada ano. Se pensarmos que na cidade há um mercado que também conta com lojas médias e pequenas, além do comércio varejista de rua, o número de aparelhos comercializados na cidade paraguaia anualmente é ainda maior.

Nesta dissertação, seguiremos apenas um dos milhões de aparelhos celulares vendidos em Ciudad del Este. Escolhi o RNote pela possibilidade de conexão e comparação entre o que chamaremos de *jornadas artesanais*, e *jornadas sistemáticas* do circuito sacoleiro.

O RNote é um smartphone original, de uma marca estabelecida no mercado de eletrônicos. Assim, ele se insere em uma tendência mais geral do mercado de celulares que se refere à consolidação dos smartphones originais como aparelhos que controlam o mercado na última década, e sobretudo a partir de 2013:

GRÁFICO 1 – Mercado brasileiro oficial de celulares no Brasil (2009 – 2022), em mil unidades



Fonte: Dados disponibilizados pela ABINEE, produzidos pelo International Data Corporation (IDC), organizados pelo autor.

Os smartphones chegam ao mercado de consumo no Brasil em 2008 e em apenas cinco anos passam a liderar as vendas. Esta inflexão é explorada por Sciré (2014, p. 109 – 153), que indica os processos então em andamento pela ascensão das redes sociais para o mundo móvel. Uma série de novas relações virtuais, naquele momento, começavam a se materializar e conformar o social. Essas transformações têm como centro os smartphones.

Este movimento é importante para nós porque projeta o mercado que analisaremos ao centro da globalização e da transformação social contemporâneas. Transformação que atingiu em cheio Ciudad del Este, de onde partiremos em nossa jornada. Há quinze anos, enquanto o mercado brasileiro comercializava aparelhos tradicionais, o mercado de celulares que saía de Ciudad del Este comercializava tanto estes, quanto os falsificados e de marcas desconhecidas, e com opcionais interessantes, como sugere a reportagem da Folha de São Paulo de 2009:

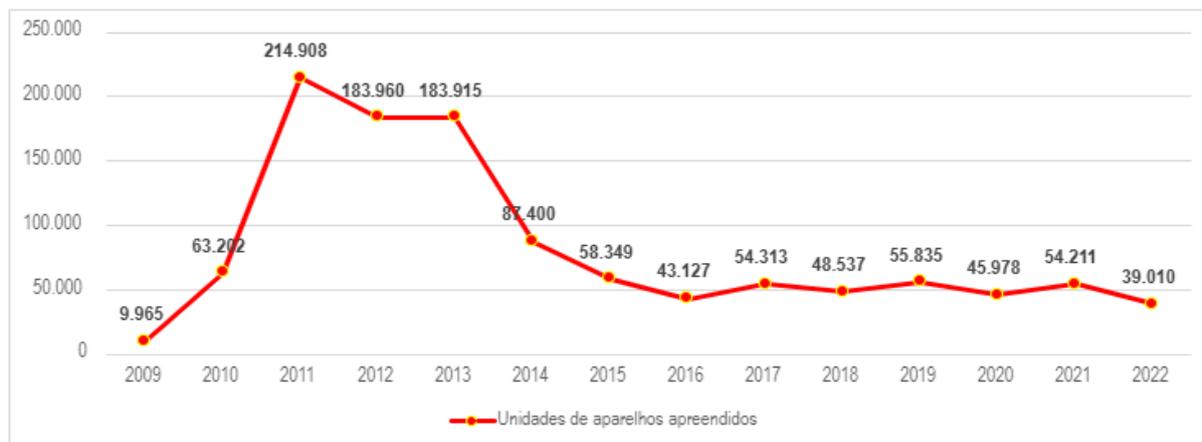
Celular com TV vira "hit" na baixa renda

Apareceram novas siglas no vocabulário de faxineiros, motoboys, porteiros e auxiliares de escritório que habitam as grandes cidades. São os "mpx" (mp7, mp8, mp9, mp10): telefones celulares contrabandeados da China, que captam a programação da televisão aberta em sinal analógico. Contrabandeados supostamente via Uruguai ou Paraguai e com preços a partir de R\$ 260 [...]. Eles se tornaram febre de consumo entre profissionais de baixa renda que moram a grandes distâncias do trabalho. "A TV ameniza o estresse da viagem", afirmou o faxineiro Roberto Naves, 32. Morador de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, ele passa quatro horas por dia em ônibus e trens. [...] Segundo fonte consultada pela **olha**, 100 mil celulares com função de TV analógica foram vendidos, na cidade de São Paulo, nos meses de novembro e dezembro de 2008.

Na capital paulista e no Rio de Janeiro, a reportagem constatou a procura por esses produtos nos shoppings populares de informática e nos camelódromos. Segundo os vendedores, eles já lideram a venda de celulares, no comércio informal. Como entram no país sem pagar impostos, há modelos a partir de R\$ 260. As embalagens não identificam o fabricante nem o país de origem. A marca mais presente é a "Vaic", imitação da Sony Vaio linha de notebooks da Sony (Folha de São Paulo, 5 de junho de 2009).

Estes aparelhos foram “sensação” no mercado de consumo nacional. A Receita Federal de Foz do Iguaçu passou a contabilizar as apreensões dos aparelhos durante este mesmo período¹. O Gráfico 3 informa a flutuação de apreensões. O maior volume de apreensão ocorreu durante o período entre 2011 e 2014. Os quatro anos em questão registraram mais apreensões que todo o restante da série histórica.

Gráfico 2 – Unidades de aparelhos apreendidos pela Receita Federal de Foz do Iguaçu (2009 – 2022)

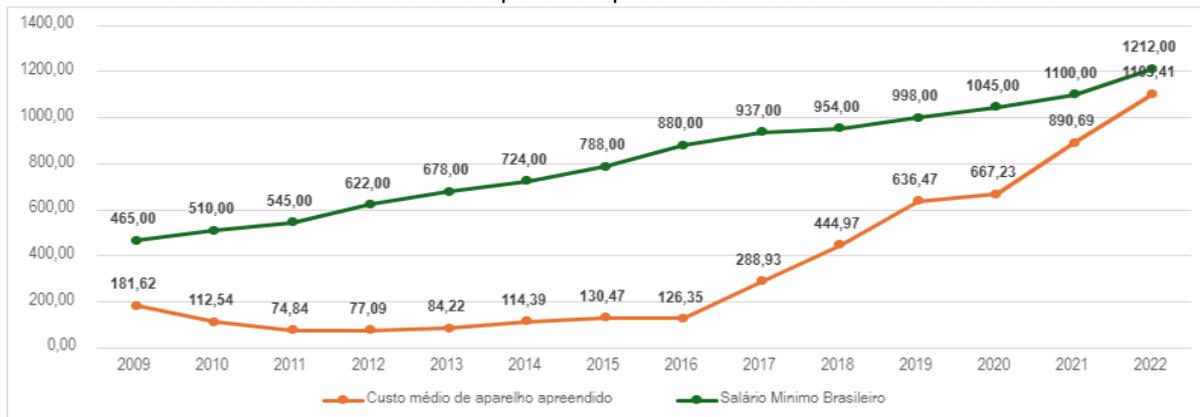


Fonte: Dados da Receita Federal organizados pelo autor.

Estes dados são pouco sugestivos de maneira isolada. O Gráfico 3 permite observar a média do valor unitário dos aparelhos. Este movimento permite identificar dois momentos distintos deste mercado. O primeiro entre 2009 e 2014. O segundo de 2015 em diante.

¹ As apreensões passaram a ser contabilizadas em julho de 2008. Contudo, utilizo os dados a partir de 2009, primeiro ano com dados mensais de apreensão.

Gráfico 3 - Custo médio de aparelho apreendido X Salário-mínimo brasileiro



Fonte: Dados da Receita Federal organizados pelo autor.

Os dados indicam estabilidade do preço médio dos aparelhos apreendidos entre 2009 e 2016. Um mercado caracterizado por aparelhos baratos. Os dados variam para baixo nos anos de maior apreensão e que permitem maior amostragem, entre 2011 e 2013. Leio como um mercado de celulares tradicionais falsos, ou de marcas desconhecidas, que esteve estabelecido, coexistiu com o mercado que o sobrepôs, até praticamente deixar de existir.

Compreendo desta forma devido a reconfiguração mais geral do mercado de celulares, dado que os aparelhos tradicionais possuem sistema mais simples de ser replicado, enquanto os sistemas operacionais de smartphones, como ANDROID ou IOS, possuem uma série de patentes e instrumentos que visam regular o mercado por dentro. Ainda, as peças de construção destes aparelhos eram frágeis e de baixa qualidade, o que impossibilitava o uso a longo prazo.

A partir da decadência deste mercado de celulares tradicionais é possível observar certa regularidade do volume de apreensões entre 2017 e 2022. Observamos uma escalada do preço unitário dos aparelhos apreendidos entre 2015 e 2022. Esta escalada se refere ao estabelecimento do mercado de smartphones originais. E é daqui que traçaremos a biografia de nosso aparelho.

Assim nossa proposta aqui é compreender a biografia do RNote: em seus elementos econômicos e sociais, durante parte de sua fase mercantil, enquanto circula a partir dos mercados de Ciudad del Este, no Paraguai, até sua revenda no Brasil. E responder a seguinte pergunta: qual a biografia mercantil de um celular que circula a partir de Ciudad del Este?

1.1 – O DEBATE NA LITERATURA

O mercado de celulares é apenas um elemento no interior do quadro maior de Ciudad del Este (PY). Ainda, é apenas uma das conexões possíveis de mercados entre Brasil e Paraguai. Para situarmos a circulação de nosso aparelho me aproprio de uma bibliografia empírica que conecta mercados populares entre Ciudad del Este e São Paulo (SP), locais destacados como pontos de parada da circulação geral de mercadorias pelo mercado popular, e também das jornadas do celular.

Realizo a leitura da reorganização do grande circuito de mercadorias de Ciudad del Este, em dois movimentos distintos, mas que são indissociáveis, um interno, de mercado, e outro operacionalizado por práticas do Estado brasileiro. Ainda, por último trago dados sobre o estabelecimento dos mercados populares em São Paulo.

1.1.1 Reorganização pelo mercado

Fernando Rabossi (2004) desenvolveu sua tese tomando como posto de observação empírica os *mesiteiros*, que são trabalhadores que vendem mercadorias em mesas, ou *cajas* de ferro nas ruas e calçadas de Ciudad del Este. O autor estrutura a tese em três eixos, sendo o último, o mais importante para nossos fins, que pretende apreender as dinâmicas comerciais de um mercado que estava em transformação. Neste eixo, ele indica quatro movimentos que compuseram, e se sobrepuseram no comércio da cidade paraguaia.

A partir de 1968, como um mercado localizado e marcado pela violência policial e pela restrição nas atividades, até 1972. A partir daí os trabalhadores passaram a trabalhar regulados na rua, em duas associações os *lenteros* e os *típicos*, e contava com 54 trabalhadores cada. Contudo, ficou restrito o número de trabalhadores regulados, não de seus funcionários. Assim se abriu um mercado de contratados, que vai tomando grandes proporções e tensionando com regulações das associações estabelecidas.

Em 1974, foi dado início à construção da Usina Hidrelétrica Internacional de Itaipu. Neste momento, uma série de trabalhadores se encaminha para Foz do Iguaçu, para trabalhar em atividades vinculadas a obra. Contudo, nem todos conseguem, este contingente busca uma alternativa econômica em atividades em Ciudad del Este.

Em 1975, atendendo a um pedido da Dirección General de Turismo de Paraguay, o governo brasileiro alterou a regulamentação vigente até então sobre a permanência de visita no país vizinho. Das 8 horas que o governo brasileiro permitia a seus cidadãos permanecer no Paraguai com apresentação do documento na fronteira, passou-se para uma permissão de 90 dias. Este foi um importante incentivo para o desenvolvimento de uma oferta de serviços para turistas: hotéis e restaurantes, casas de câmbio (a primeira delas abriria esse ano) e serviços de transporte (Rabossi, 2004, p.211).

Assim, há uma conjunção entre o aumento do movimento de *turistas* e do contingente de trabalhadores. Este último cresce de maneira exponencial com o movimento de finalização da Itaipu. Em 1984, quando foi inaugurada a primeira unidade geradora de energia, houve um processo de demissão em massa. Ao mesmo tempo, uma inserção destes trabalhadores nos mercados de rua de Ciudad del Este. Durante este período, novas associações de trabalhadores passaram a se organizar, frente aquelas de *lenteros* e *típicos*. O cliente por excelência de todo este período era o *turista*, isso se dá até meados da 1980.

[Em 1987] pequenos compristas que começam a se destacar no comércio de Ciudad Presidente Stroessner aparecem como concorrência aos grandes atacadistas de artigos importados que provêm as cidades brasileiras através de grandes esquemas de contrabando (Rabossi, 2004, p.238 - 239).

Nesta passagem, os *mesiteiros* deixam de ter “clientes ocasionais” e passam ter “compradores regulares”, diminuindo o lucro por venda, e aumentando a quantidade de vendas, atuando como intermediários. Contudo, como apresenta Eric Cardin (2015, p.80 - 84) este papel passa a ser disputado por outros atores, os *laranjas*, que passam a atuar no circuito durante a década de 1990. Os *laranjas* são brasileiros que utilizam suas cotas de compra no exterior para outras pessoas, sejam *compristas* ou *turistas* que excederam a própria cota de compras. Os *laranjas* é obliqua no interior do circuito de mercadorias porque: 1) é imprescindível para seu funcionamento, pela possibilidade de pulverizar a circulação de “cotas”; 2) é marcada com uma das, se não a principal, posição de entrada no interior das atividades econômica vinculadas ao Paraguai; 3) aparece como renda principal de algumas famílias que se articulam a atividade.

Ainda, é importante indicar o aparecimento de lojas “autoservice”, onde as mercadorias estão expostas, com preços a mostra, e os clientes transitam para lá, e para cá (Rabossi, 2004, p.226 - 229). E aqui o movimento fundamental:

A aparição e a expansão dos autoservices está intimamente relacionada à massificação das vendas de determinados produtos como brinquedos, ferramentas, alguns eletrônicos, produtos de cozinha e sanitários, pilhas, cassetes, produtos de papelaria, isqueiros, enfeite e adornos. Massificação que está atrelada à figura dos sacoleiros (Rabossi, 2004, p.229).

No momento em que Fernando Rabossi (2004) realizava trabalho de campo no ano de 2001, ele sugere a existência de uma série de galerias que seriam “grandes casas comerciais, divididas em áreas por produtos e atendidas por empregadas/os identificadas/os com o mesmo uniforme” (idem, p.58) e apenas um shopping, a Monalisa “[...] que com seus vários andares e locais é considerado como o shopping center por excelência do microcentro” (idem, p.58). Dou ênfase nas mudanças na organização do espaço e reconfiguração do trabalho de *mesiteros* no capítulo 1.

Durante a década de 1990, a atividade dos *sacoleiros* era mobilizada através de ônibus de linha ou excursão que viajava em direção a Foz do Iguaçu. Então, o *sacoleiro* poderia contratar *laranjas* previamente em uma relação de confiança, ou realizar compras e contratá-los de imediato para passar suas mercadorias na cota (Cardin, 2011, p.92 - 93). Conforme os dados de Rabossi (2004, p. 240), a estimativa de *compristas* na cidade paraguaia por semana em 1995, foi de 65.673 pessoas. Assim, seguindo a suposição de Cardin (2011, p.94) para cada *sacoleiro* existiam inúmeros, ou pelo menos mais de um *laranja*, gerando um movimento de mais de 10.000 *laranjas* por dia.

1.1.2 Reorganização promovida por práticas do Estado Brasileiro

Contudo, esta dinâmica se altera a partir da elaboração de políticas “[...] de combate ao contrabando e às práticas ilegais de trabalho efetivadas principalmente entre o final do século passado e início do XXI” (Cardin, p.98, 2011) pelo governo brasileiro. A proposta desta “intervenção” tinha como intuito a desmobilização dos circuitos de compras em Ciudad del Este. Em 2001, uma série de protestos contra políticas de controle implementadas pelo Brasil levou ao fechamento da Ponte da

Amizade. Este movimento foi relatado por Fernando Rabossi (2004, p.253), que indicou a relevância dos circuitos de compra entre Ciudad del Este:

[...] a relação entre os comerciantes de São Paulo e Ciudad del Este não está marcada exclusivamente pela concorrência. Também há complementaridades. No final dessa mesma matéria aparecem outras vozes, não tão felizes com os problemas em Ciudad del Este. “Os camelôs do Centro da cidade reclamam do fechamento da Ponte da Amizade. ‘Todos os produtos vendidos nas barracas e muitas coisas das lojas vêm de lá’, explica Wesley Alves de Lima, que trabalha há dois anos na Rua 25 de Março. ‘Se tiver problema no Paraguai, vai haver uma grande mudança no comércio da região. O movimento pode aumentar, mas não vai ter produto para vender’” (Jornal da Tarde, 2001). Muitos dos sacoleiros de São Paulo que conheci em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu confirmavam essa complementaridade, a qual não se restringia a produtos de camelô senão que alimentavam circuitos de shoppings e empresas, lojas especializadas e grandes atacadistas (Rabossi, 2004 p.253).

Assim, é possível perceber as conexões a partir de Ciudad del Este. Rosana Pinheiro-Machado (2004, p.50-51) trabalhou com camelôs de Porto Alegre, que realizavam compras em Ciudad del Este, durante este processo de inflexão do mercado devido a políticas de fiscalização do Estado brasileiro. Ela indica a partir de seus interlocutores as relações de complementariedade e ruptura entre a cidade paraguaia, e São Paulo (SP).

[...] um exemplo ocorrido no Natal de 2003 [...] A fiscalização da Polícia Federal estava tão atuante que, pela primeira vez, os sacoleiros acreditaram que o “Paraguai ia acabar”, ou seja, a entrada de contrabando no país estaria com os dias contados. Chico, através de uma fala racionalizada frente à Carminha e Rui, disse que ia ter que parar de viajar e vender verduras no mercado de rua do Centro. Diante do período de dificuldades, o discurso valorizava a família doméstica: “Se essa política continuar, nós vamos ter que fechar o negócio ou só vamos trabalhar com produto de São Paulo, ou vender fruta. Teremos que demitir nossos funcionários, porque em primeiro lugar está a sobrevivência da família da gente” (Pinheiro-Machado, 2004, p.51).

A relação entre os mercados nos interessa. Pinheiro-Machado (2004) nos indica que os mercados de Ciudad del Este eram marcados pela “[...] pirataria (produto falsificado - imitação ilegal) é uma das mercadorias mais características de lá. Por esses motivos, Paraguai tem sido sinônimo de tudo que é falso e/ou de má-qualidade” (Pinheiro-Machado, 2004, p.14). Assim, é possível supor uma correlação entre os produtos destes mercados.

1.1.3 “Da fronteira aos portos: de Ciudad del Este à São Paulo”

Segundo Carlos Freire da Silva (2014, p.117 - 118), notícias indicam a relação de complementariedade entre Ciudad del Este e São Paulo, desde a segunda metade da década de 1970. Contudo, enquanto sujeitos e práticas vinculadas aos mercados populares da cidade paraguaia se reconfiguram em sentido de retração no final da década de 1990, algo distinto ocorre na metrópole brasileira: na 25 de março o número de galerias se expande neste período e no início dos anos 2000.

[...] uma dinâmica de fragmentação do comércio [marca] a produção do espaço de vendas também na Santa Ifigênia e no Brás além [...] do próprio surgimento e consolidação das feiras da madrugada [...]. Associado a tal mudança de escala e a distribuição direta no centro de São Paulo, também houve uma multiplicação de empresas de importação e exportação nos arredores da 25 de Março, nas avenidas Senador Queiroz, Prestes Maia, nas ruas Carlos Nazaré de Souza, Augusto Severo e Florêncio de Abreu, além de algumas na região do Brás (Freire da Silva, 2014, p.127).

Então, a importação principalmente de “bugigangas”, antes compradas por pessoas físicas e transportadas pela Ponte da Amizade, agora são trazidas por pessoas jurídicas a partir de importação pelos portos. Contudo, Carlos Freire da Silva (2014, p.122) dá pistas para pensar a presente pesquisa, indicando que o circuito dos sacoleiros de Ciudad del Este mantém certa relevância na circulação de computadores e eletroeletrônicos. E ainda, permite pensar em nova reconfiguração do mercado na cidade paraguaia, tornando a ser marcado por mercadorias originais e de boa qualidade.

Assim, tenho como hipótese de que os mercados populares se aproveitam dos atravessamentos das regulações estatais para operarem. Assim, como o mercado de “bugigangas” não possui uma regulação estatal específica para operar, ele pode ser desenvolvido a partir de importações com os mesmos custos no Brasil e no Paraguai. O que não acontece com os celulares, dado que a importação destes aparelhos é regulada burocraticamente pela Agência Nacional de Telecomunicações no Brasil, enquanto possui incentivo de importação no Paraguai.

1.2 O MÉTODO DAS JORNADAS E SEU USO NESTA DISSERTAÇÃO

1.2.1 Conceitos analíticos fundamentais

Que objetos tem biografia (Kopytoff, 2008) já é algo estabelecido pela literatura (Feltran, 2022; Knowles, 2017; Stallybrass, 2007), e aqui exploro analiticamente a biografia social e econômica. A biografia social é operacionalizada através da sociologia compreensiva Weberiana, captando os sentidos das ações, as relações sociais, e ordens legítimas (Weber, 2004, p.3 - 35) que compõe o deslocamento de nosso aparelho e suas mudanças de “status”. A mudança de status acompanha “regimes de valor” (Appadurai, 2021, p.29) que sugerem que trocas econômicas não necessitam do compartilhamento de sentidos sociais mais amplos, e que de lado a lado podem operar sistemas de significados específicos.

Ainda, a jornada do Rnote atravessa um curto período de sua fase mercantil (Kopytoff, 2021, p.104; Appadurai, 2021, p.26-28), ou seja, um período em que celular transita dentro e fora de sua especificidade de troca. Nos momentos em que ele não é especificamente uma mercadoria para troca, em que seus “status” é outro, aparece como um bem guardado, cota a ser passada, bagagem acompanhada e assim por diante. As singularizações muito específicas do aparelho permitem que o mundo social investigado salte aos olhos em suas peculiaridades.

Gabriel Feltran (2010; 2012) trabalha o conceito de “regimes normativos” apresentando a coexistência de diferentes “[...] lócus normativo[s] para ordenamento da dinâmica social e obtenção de justiça [...]” (Feltran, 2010, p. 62). Passei a observar empiricamente e compreender está “coexistência” como acordos tácitos estabelecidos a partir das práticas sociais, em uma leitura mais próximo da noção de “ajuntamento social” (Goffman, 2011, p.10) que sugere que a organização de um grupo possui certa normatividade, mesmo que transitória, e assim foi possível observar o “ordenamento” das práticas ocorrendo no interior de determinadas balizas, que se extrapoladas permitiam determinadas sanções, mesmo as mais simples como embaraço, ou em casos mais extremos a exclusão no interior das relações sociais. As sanções são elemento chave no distanciamento da compreensão de “regimes normativos” de Feltran (2010, 2012), dado que ele se debruça sobre o estudo do “mundo do crime” e práticas faccionais onde a reivindicação do uso da violência está dado com certa plausibilidade no interior das balizas. Nesta pesquisa a reivindicação da violência apareceu empiricamente apenas em casos absolutamente específicos marcados pela quebra de confiança.

A normatividade se evidenciou através de práticas internas ao grupo, aceitas ou não, de ações articuladas a determinados sentidos, e matrizes discursivas

específicas às atividades do circuito sacoleiro. Para nossos fins extrapolo em dois regimes normativos coexistentes. Seguindo a proposta de Gustavo Lins Ribeiro (2010, p.25), indico: 1) um universo balizado pelo “legal” em que práticas, sentidos e discursos operam a partir da legitimidade do Estado; e 2) e o segundo balizado pelo “certo” chamado por Gustavo Lins Ribeiro de “lícito” que é legitimado pelos atores, marcado pela confiança e transita por outras ordens legítimas, principalmente a religião. Embora apresente apenas esses dois regimes normativos, outro se evidenciou em campo de maneira através da oposição ao “certo”, marcado por mercadorias “mais ilegais”, como o cigarro, drogas ilegais e armas.

A biografia econômica é trabalhada em dois sentidos. O primeiro através do valor como processo (Appadurai, 2021, p.30) que permite compreender as variações do preço dos aparelhos, e como isso está atrelado às condicionantes “temporais, culturais e sociais” (Ibid). O segundo de cadeia de valores (Feltran, 2022) permite explorar a partir do deslocamento do aparelho como e por onde o dinheiro circula, se ele se concentra e com quem.

Para conhecermos estes elementos biográficos trabalho a partir de jornadas (Knowles, 2017), entendidas aqui como as sequências episódicas de deslocamento do celular. Extrapolo as jornadas em dois tipos. a) Artesanais: compra, transporte e venda é realizada e mobilizada por um único sujeito, ainda a saída do mercado paraguaio é imediata para o mercado de consumo brasileiro e que chega aqui a Mediolândia. Utilizo esta cidade fictícia como referência às cidades brasileiras consideradas de médio porte, entre 100 e 500 mil habitantes, e que correspondem a $\frac{1}{4}$ da população brasileira²; b) Sistemáticas: compra, transporte e venda, são realizadas e mobilizadas por diferentes sujeitos, e a saída do mercado paraguaio permite nova venda no atacado brasileiro, e indico a chegada em São Paulo (SP). Faço referência a capital paulistana por ser o destino com maior amostra de dados de chegada dos aparelhos de forma sistemática.

Caroline Knowles trabalha seus achados empíricos através do conceito de “vias secundárias da globalização” (2017, p.236 - 238) para indicar que são locais de transporte de “[...] mercadorias de baixo valor [e que não marcam] os chamados lugares de desembarque de cadeias de valor [...]” (Knowles, 2017, p.236). Aqui

² Segundo dados do IBGE: 278 cidades têm entre 100 mil e 500 mil moradores. Somadas, elas possuem uma população de 56,7 milhões de pessoas. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home/>

nossos achados empíricos indicam a circulação de uma mercadoria de alto valor agregado, o celular, e o desembarque da cadeia de valores ocorre em um entreposto comercial, o Paraguai, então ele entra no Brasil contornando ordens legítimas, entre o legal/ilegal (Telles, 2010).

Assim, as “vias secundárias” tomam novos contornos, são locais em que as mercadorias transitam entre ordens legítimas, e isto permite a circulação de dinheiro pelo “povo” (Ribeiro, 2010, p.21 - 25). Apesar das diferenças fundamentais para os achados de Caroline Knowles, utilizo vias secundárias porque preservo a preocupação fundamental da autora que é “[o afastamento] das já batidas rodovias da globalização, sair de suas rotas hegemônicas, tomar estradas menos conhecidas, sair por novas geografias [...]” (Knowles, 2017, p.236). Considero, desta forma, compreendendo e me apropriando do debate da literatura apresentado anteriormente, com a proposta de conhecer as jornadas de um celular por essa via, que não é a usual.

Contudo, Caroline Knowles (2017) não faz uma caracterização específica dos atores que circulam por essas vias. Esta caracterização vem sendo realizada por atores que trabalham a “globalização popular” na América Latina (Tassi, Rabossi, 2023; Ribeiro, 2010). Tendo a pensar o universo do trabalho popular em um processo contínuo de alargamento, próximo de Machado da Silva (2002; 2018, p.16 -17) que sugere um “[...] um processo global e desinstitucionalização do trabalho [...]” a partir da década de 1970, que desloca o “mundo do pleno emprego”, para um mundo dos “empreendedores”, balizado pelo par analítico empregabilidade/empreendedorismo (2002, p.100 - 101), que “[permite] uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e a insegurança [...]” (Machado da Silva, p.101, 2002).

Aqui assumo a proposta de Fernando Rabossi e Nico Tassi (2023, p.32) de elaborar descritivamente o funcionamento de um mercado operacionalizado por estes setores populares. Assim, descrevo a apropriação de vias secundárias através do que chamo de transportes populares.

1.2.2 Sobre a coleta de dados e a implicação no texto

Para acompanhar as jornadas utilizei o método de pesquisador itinerante, efetivamente quando possível acompanhando o deslocamento do celular. Realizei

pesquisa de campo nos três lugares de desembarques das jornadas. Contudo, gostaria de indicar que estas não são às únicas jornadas, possivelmente nem mesmo as que movimentam as maiores quantidades de aparelhos. Também não posso afirmar de que se trate de “jornadas típicas” (Feltran, 2022) porque não tive acesso à uma amostragem que permita reconstituir este universo vasto.

Me inseri em “jornadas possíveis” através de trabalho de campo etnográfico. Compreendo possíveis em dois sentidos. Como jornadas que se repetiram em campo e possuem um histórico funcionamento, e ainda foram avaliadas pela repetição através de dados secundários como notícias de apreensão e séries que apresentam práticas de fiscalização. E como jornadas que pude viajar e conhecer empiricamente com segurança.

A forma privilegiada de coleta de dados foi trabalho de campo etnográfico que seguiu eixos básicos da observação participante, com interações entre pesquisador/pesquisado marcadas pelo contato contínuo e reiterado. Busquei interlocutores chave e fui cruzando com outros que pudessem contribuir com os objetivos da pesquisa. Realizei a manutenção do caderno de campo, escrito ou gravado em áudios no celular, posteriormente transcritos e analisados. Ao todo foram escritos 17 cadernos de campo. Ainda foram realizadas seis entrevistas, quando possível gravadas e transcritas, quando não, descritas.

A descrição é apresentada no texto como estratégia metodológica que permite comparar as transformações no interior dos circuitos de circulação de mercadorias. Esta perspectiva tem inspiração na preocupação de Vera Teles e Daniel Hirata (2007, p.176) de construir “parâmetros discursivos” e contrastar as “realidades urbanas em transformação”. Assim, indico a maneira como as situações transcorreram em campo, e como estão descritas pela literatura, apontando similaridades e transformações.

Realizei trabalho de campo coletivamente em dois momentos com Adriana Dorfman (UFRGS) e Luana Casagrande (UFRGS) e posteriormente com Gabriel Almeida Felix (PPGSS/Unioeste), com ambas em Ciudad del Este (PY), e apenas com o Gabriel em São Paulo (SP). A presença de outros corpos, com outros significados enriqueceram a pesquisa, permitiram contatos e relações que dificilmente seriam estabelecidas individualmente.

Tenho compreensão de que o trabalho de campo possui legitimidade enquanto pesquisa social, e minhas interações foram balizadas por este sentido. Me preocupei em não prejudicar meus interlocutores, mas delimitar a especificidade de nossa

relação. Sempre estabeleci contato com cuidado de me apresentar como pesquisador de mercados populares, aluno do mestrado de sociologia, e que gostaria de entender o funcionamento da atividade.

Na maioria esmagadora das vezes não fui compreendido de imediato. Com o passar do tempo entendi que a baliza de sentidos de uma socialização marcada por relações de mercado “embaça” o sentido de outras relações possíveis. Tive de explicar muitas vezes que não se tratava de uma pesquisa de mercado para vender celulares o que gerava outros problemas “*Se não é para vender, vai fazer o que então?*” e respondia “*Quero entender como funciona para escrever um trabalho na universidade, que é a dissertação de mestrado*”.

Com o passar do tempo, sem nunca realizar uma compra, e devido a manutenção reiterada das relações, inclusive através de aplicativos de mensagens, os sentidos de pesquisador e universo de pesquisa foram se assentando. Para os preservar os interlocutores seus nomes serão trocados por nomes fictícios, assim como datas e locais, fazendo com que não seja possível cruzar dias de viagem e sujeitos.

Para completar dados sobre valores utilizei o aplicativo “Compras no Paraguai” que fornece o histórico de preços de mercadorias de Ciudad del Este. Os dados de câmbio foram do site da casa de câmbio paraguaia “Yrendague”, que acompanha o câmbio das demais casas de câmbio de Ciudad del Este, e fornece um histórico da cotação. Por último, para acessar dados de preços dos aparelhos no Brasil, me inseri em grupos de comércio de tecnologia na rede social de conversa instantânea Telegram. Nesses grupos os preços são fornecidos diariamente e dão prioridade aos descontos, a principal loja online publicada é a “Amazon”.

Coletei dados secundários em diferentes frentes. Através da ferramenta “Google Alerts” recebi diariamente notícias de apreensão de celulares pela Polícia Rodoviária entre setembro de 2023 e março de 2024, que compilei em uma tabela de Excel. Para compreender a dinâmica do mercado formal de celulares coletei dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) via revista da associação. A ABINEE forneceu dados do *International Data Corporation* (IDC), um instituto de consultoria que fornece dados de mercado, dos quais me aproprio de três: a) o mercado total de celulares; b) o mercado oficial de celulares; c) o mercado não oficial de celulares.

Essa fonte foi sugerida por um interlocutor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) que indicou uma agência que consegue captar dados de importação e exportação através dos fabricantes, e do consumo através de agências reguladoras, de forma global, e por isso os dados possuem certa precisão. Ainda, os números do mercado “não oficial” se aproximam dos números de venda especulados por um lojista em Ciudad del Este. Captei também dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Por último, realizei uma série de solicitações de dados de apreensão dos celulares endereçando para a Receita Federal do Brasil, através da Lei de Acesso à Informação (LAI).

1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No capítulo a seguir, a proposta é conhecer uma jornada artesanal do Rnote que parte de Ciudad de Este para Mediolândia. Esta jornada apresenta a biografia social do aparelho que circula através das articulações de um único sujeito, da compra até a venda final, o chamaremos de Bruno, que ao mover o aparelho tensiona seu “status”. A biografia econômica apresenta por um lado a cadeia de valor, da loja, com o dinheiro chegando ao vendedor, a *mesitera* e para o próprio Bruno, e por outro lado, como o preço se reconfigura durante este processo de mercantilização.

Na seção 3, conhecemos uma jornada sistemática do Rnote que parte Ciudad del Este para São Paulo (SP). Esta jornada apresenta a biografia social com o aparelho passando de mão em mão, e os “status” estão ligados à estas passagens. A biografia econômica apresenta a cadeia de valor desde a loja no Paraguai, passando pelo *freteiro*, *laranjas*, *passageiros*, até chegar em uma loja na rua Santa Efigênia em São Paulo. O preço do aparelho é marcado por uma série de porcentagens que vão se agregando até a venda final em um de seus fins múltiplos.

Com a seção 4 apresentamos o pano de fundo da biografia do celular. Como se constitui este mercado, e como mesmo em um período curto ele se reorganiza. Indicamos os grupos em disputa no Brasil e no Paraguai, quais suas posições, discursos e práticas que atravessam as biografias que conhecemos nos dois capítulos anteriores.

Por fim, uma breve conclusão passando pelos termos fundamentais para a pesquisa. A biografia dos celulares que é marcada por um período mercantil breve, e que por isso precisa de uma circulação rápida. Esta circulação é operacionalizada

pelo “povo” através do que chamo de vias secundárias da globalização. E tem como característica o tensionamento de ordens legítimas do legal/ilegal, que se conforma a partir das posições de diferentes atores.

2 DE CIUDAD DEL ESTE PARA MEDIOLÂNDIA: UMA JORNADA ARTESANAL

Neste capítulo conheceremos a biografia econômica e social do Rnote através de uma jornada artesanal, que acompanhei com detalhes em pesquisa de campo, sobretudo durante o mês de maio de 2022. Acompanharemos um sujeito particular que mobiliza esta jornada do começo ao fim, e pode ser chamado de “sacoleiro”, “comprista” ou “turista-comprista³”, se utilizarmos os termos “clássicos” deste circuito social. Ao fim da fase mercantil⁴ de nosso aparelho, ele se encontrará em um local de revenda para consumidores finais, na cidade que chamarei aqui de Mediolândia. Uma cidade como outra cidade média qualquer, na perspectiva de um comerciante. Realizo a representação desta jornada através da imagem 1, a seguir.

Imagem 1 – Representação da jornada artesanal, referência do dólar 5,20 reais



Fonte: Mapa produzido pelo autor com a representação extraída pelo *Google Maps*

³ Aparece em oposição ao turista-turista. Como aquele que viaja visando a revenda das mercadorias (Rabossi, 2004, p.54).

⁴ Ao menos neste momento, dado que há um mercado de celulares usados a se considerar.

A partir dessa trajetória, argumentaremos que os circuitos artesanais realizados através da globalização popular articulam mercados transnacionais e mercados locais, com seus regimes de valor e trocas particulares. A cadeia de valores do aparelho marca a expansão dos mercados de Ciudad del Este, ao mesmo tempo que permite melhores inserções de mercado em Mediolândia. O preço do aparelho é modulado pelo lugar em que ele se encontra, bem como a modalidade de troca adequada para o momento, seja “venda” ou “rolo”.

Entre grandes lojas, médias, pequenas e do comércio de rua, há um enorme número de pessoas em interação, que transitam entre os regimes normativos legal e lícito. A parte mais aparente apresenta: panfleteiros de rua, vendedores, turistas, compristas varejistas, compristas atacadistas, gerentes de setor, caixas, empacotadores, *paseiros*, *mesiteros*, taxistas, perueiros, *laranjas*; e olhando de forma mais aproximada observamos também: agentes de exportação de grandes marcas, revendedores internacionais de grandes marcas, agentes de importação, despachantes, agentes aduaneiros paraguaios, lojistas.

2.1 MERCADORIA A SER VENDIDA

“Você só vai olhar, e não vai comprar de novo?!”

Ouvi essa frase algumas vezes de vendedores de lojas de celulares do microcentro comercial de Ciudad del Este. Objetivamente a causa de minhas interações ali eram outras. Os vendedores têm muitíssimas outras motivações. Se é possível dizer que ainda haja “mil e uma formas de ganhar a vida” em Ciudad del Este, a atividade do vendedor de lojas estabelecidas deste setor permeia certa competição, porque conta com um salário-mínimo paraguaio de 2.680.000,00 guaranis, e comissão por venda de um dos produtos mais procurados no comércio local. A comissão varia de acordo com produto e marca, segundo interlocutores destas lojas, a comissão mensal gira em torno de 300 dólares, a depender do movimento do mês.

A partir dos rendimentos, os vendedores conformam relações específicas com suas famílias. Pagar aluguel e morar em lugares centralizados em Ciudad del Este pelo mesmo valor que pagariam em lugares deslocados em Foz do Iguaçu. Acesso a escolas públicas e privadas para os filhos, assistência médica, elementos que podem

ser contornados pela dinâmica de viver na fronteira, ainda que com alguns transtornos.

Com tanto em jogo, as vendas são interação fundamental deste universo. Assim, vejamos como ela opera em curso.

*Entramos na loja para olhar os preços de celulares em dólar. Ao entrar observamos os vendedores que usavam uniforme, camisa polo azul escura e calça social. Caminhamos até os celulares e os observamos por cerca de 10 minutos. **Os vendedores não se aproximaram de nós, apenas nos acompanharam com os olhos** (Caderno de campo elaborado por Gabriel Antonio Cameran e Gabriel Miguel Almeida Felix em Ciudad del Este).*

Esta relação marcadamente visual por parte dos vendedores tem um sentido, eles aguardam algum indicativo de interesse na compra por parte dos clientes. Seja com os clientes indo diretamente até eles, ou focando em determinado aparelho, sem se dispersar para os demais. Só então é feito o atendimento, e desta forma a dinâmica de venda tende a ser mais rápida e assertiva.

Esta dinâmica de vendas contrasta com o que Fernando Rabossi (2004, p. 50 – 58) indica sobre as vendas na rua, onde o espaço se organiza a partir da distinção básica entre compradores e vendedores, e os *turistas* são os sujeitos de interesse por excelência, devido à falta de conhecimento prévio sobre a cidade. Enquanto aqui, é aparente que alguns têm menos potencial de compradores do que outros, no caso os *turistas* são atendidos na medida que demonstram interesse em determinada mercadoria, e os *compristas* e *freteiros* são atendidos de imediato, dado que já vem com pedidos prontos, e a venda é certa.

Mário é vendedor de uma loja de celulares, paraguaio, fala guarani, espanhol, e algo muito próximo do português. Ele olhou de trás do balcão um de seus clientes compristas entrando na loja, junto a outros dois homens, e então o esperou de sua posição. O comprista é Bruno, dono de uma assistência técnica de celulares na cidade de Mediolândia, no interior do estado de São Paulo. Ele realiza compras de quatro a cinco vezes por ano na cidade paraguaia, e viajou com mais três compristas de carro para dividir despesas, um deles estava junto neste momento. Mário os cumprimentou, e pediu como havia sido a viagem. Bruno respondeu que cansativa, haviam viajado na madrugada do dia anterior, chego em Foz do Iguaçu à tarde, e ido para Puerto Iguazu (ARG) à noite.

Bruno apresentou em seu celular a lista de aparelhos que gostaria de comprar. Seis aparelhos. Mário foi para trás de um computador, abriu o sistema da loja, e nos mostrou os preços. Neste momento um dos outros compristas pediu: “e não tem um descontinho?” Mário apenas sorriu. E Bruno falou de imediato: “não fala mais isso não, se não ele aumenta os preços”. Em seguida pediu para Mário finalizar o pedido. O que o vendedor fez em questão de segundos. Os outros compristas também efetivaram suas compras.

Esta rápida interação demonstrou conflitos entre regimes de valor e normativos. Primeiro, entre regimes de valor do comprista e vendedor, pelo pedido de desconto de um, e ausência da resposta por outro, indicando que não compartilham dos mesmos sentidos de mercado. Segundo, de regimes normativos, entre Bruno e o comprista, em que o primeiro indicou que aquela prática não era adequada para aquele contexto.

Mário tirou o “pedido” para pagamento e entregou para Bruno. O mais caro dos aparelhos foi o RNote, vendido por 192 dólares, no fim do primeiro semestre de 2022. Os outros aparelhos, mais simples, foram: 2x Moto e7i (106,00 \$), 2x Redmi 9c (136,00 \$), Moto e40 (136,75 \$). O total da compra foi de 812,75 dólares. Deste valor, pouco mais de 4 dólares são direcionados de comissão para o vendedor.

2.2 MERCADORIA A SER COMPRADA

Assim que Bruno recebeu o pedido das mãos do vendedor, perguntou a cotação do dólar na loja, estava 5,22. Ele agradeceu a Mário e saímos. Ele preferiu consultar a cotação do dólar em uma casa de câmbio antes de pagar no caixa. Segundo ele, as lojas fazem mantêm o câmbio de um a cinco centavos acima da cotação das casas de câmbio. Saímos por uma porta lateral que dava para uma rua perpendicular à rodovia que leva a Ponte da Amizade. Neste momento, nos dispersamos dos outros compristas.

Era 9h da manhã quando chegamos a calçada imediata à saída da loja, onde pessoas estavam de pé escoradas nos vidros adesivados em azul, com suas sacolas brancas no chão. Na rua, três táxis brancos estacionados, o último deles com o portamalas aberto e dois homens guardando sacolas. Mototaxistas com motos amarelas e capacetes amarelos estacionados aos montes. Homens empurrando carrinhos de

ferro vazios ou com grandes volumes embrulhados em plásticos azuis e amarelos, e caixas de papelão, dividiam espaço na rua com carros e motos.

Na calçada, passamos por *mesitas* com jaquetas, pijamas de bichinho, roupões, corredores que se abrem em galerias com letreiros coloridos de lado a lado, *cajas* de ferro com e sem mercadorias sobre elas, outras com bancos, caixas térmicas, térmicas, bacias de madeira e pilão com ervas para tereré, uma assistência técnica de celulares e barracas de comida. E frases repetidas e repetidas “*o que passa, patrón? O que gostaria? Camisa? Meia?*”

Apesar desta descrição parecer caótica, e de fato o caminhar pela rua carregar essa sensação, é caótico para quem vê de fora. Fernando Rabossi (2004, p.137 - 153) indica que a partir do interior deste universo, somos lidos o tempo todo como *comprista* ou *turista*, e que isso altera a percepção para efetivar as negociações. Ainda, há um regime normativo de vendedores em vigência, de não “atravessar” atendimentos ou negociações. Contudo, para quem apenas só passa, todo este universo de informação é borrado.

Nas primeiras ruas do Microcentro tem praticamente uma casa de câmbio por quadra. Assim que chegamos, observei o letreiro em led com as cotações do dia, o letreiro era dividido em dois quadrados, na esquerda em verde três linhas: Dólar x Guarani; Real x Guarani; Dólar x Real; e as referências das cotações na direita com os valores em vermelho. Na entrada da casa de câmbio um segurança de terno e camisa social preta estava sentado em um banco estofado, giratório. No interior do espaço, luzes brancas, piso claro, e as paredes na cor branca dão o tom do ambiente, um ar-condicionado no meio da parede ao fundo, e uma televisão 32 polegadas congelada na imagem da cotação do dia.

O espaço de atendimento tem um balcão comum, separado com três cabines, como em lotéricas brasileiras. A estrutura das cabines remete a divisórias de escritório, mas mais claras. Do meio para cima um vidro separa o atendente que esta atrás de um computador, de quem esta fazendo câmbio e o vidro é vazado em um semicírculo na parte de baixo, onde passam as notas.

Bruno cumprimentou e pediu a cotação do dia, a atendente indicou 5,20. Ele assentiu e indicou o câmbio de real para dólar. Passou pelo semi - círculo 4.680,00 reais no total. Sendo 4.226,30 dos celulares, e mais 453,70 de outras. Ela respondeu que precisava de seu RG. Ele tirou da carteira e entregou para ela, que pegou seu RG em mãos, escreveu algo no teclado do computador, e passou as notas no

contador de notas. Em seguida a atendente devolveu seu RG, entregou um papel parecido com uma nota fiscal, e 900,00 dólares, em nove notas de cem dólares. As notas eram bastante novas, sem marcas de dobra, ou qualquer outra. Bruno guardou na carteira, bem menos volume do que o valor em real.

Fernando Rabossi (2004, p.61 - 65) descreve um processo de sobreposição de práticas cambiais. De cambistas que realizavam câmbio de maneira autônoma, para a proliferação de casas de câmbio, bancos e financeiras. O autor descreve que a *Asociación de Trabajadores Cambistas*⁵ era a maior de cinco, associações destes trabalhadores em 2001. Atualmente, a atividade de câmbio por compristas ocasionais, com compristas de rua é inviabilizado devido a fiscalização das notas de dólar nas lojas, que têm de estar novas, sem amassados, rasuras ou riscos.⁶

Assim que voltamos ao movimento da calçada, entre passos e trombadas, ele indicou que o câmbio gera alguma economia, e ao mesmo tempo é incerto porque a cotação muda durante o dia, podendo aumentar ou diminuir, tendo um quê de sorte. Quando chegamos à porta lateral da loja, em frente a ela uma mulher exclamava com um homem: “nossa, parece que ali dentro é um outro mundo”. Vendo de fora para dentro, as luzes de led e cerâmicas claras passam uma imagem de limpeza asséptica. Ao entrar, o ar-condicionado e a ausência de interações contínuas com vendedores vestidos de camisa social; uma fronteira delimitada pela porta.

Lindomar Albuquerque (2014) sugere que pensemos a simultaneidade das relações nas passagens de “[...] fronteiras nacionais, sociais e simbólicas [...]” (2014, p.63), que permitem refletir sobre como se elabora este mundo imediato. O sentido intentado na frase indica um mundo no interior da loja, e supõe outro fora. Mundos

⁵ Neste ano, a sede física da associação sofreu um assalto milionário: Integrantes da Associação de Trabalhadores Cambistas (ATC) de Ciudad del Este, no Paraguai, denunciaram na manhã desta segunda-feira um mega-roubo ao cofre no qual eram armazenados os valores pertencentes aos associados. Eles levaram US\$ 16 milhões (cerca de R\$ 80 milhões) após escavarem um túnel de 180 metros de extensão e 70 centímetros de diâmetro. (O GLOBO, 06 de fevereiro de 2024).

⁶ De acordo com o Blog de Notícias “Não viu?” de Foz do Iguaçu, a exigência de notas intactas se trata de um “golpe”, pois não está previsto pelo Banco Central do Paraguai, e sim é uma exigência dos Bancos privados. Segundo sua fonte, Carlos Aponte, um ex-bancário de Ciudad del Este: “se trata de um golpe, na medida em que o cliente, ao sacar uma grande quantia em dólares, pode receber moedas antigas do banco, mas eles nunca as aceitam de volta”. Outra questão compartilhada por Aponte é que, ao procurar uma casa de câmbio, por exemplo, as pessoas conseguem vender as moedas mais antigas, desde que paguem, no mínimo 5%, do valor em questão aos cambistas. “Todas as cédulas de dólares com manchas, com marcas de caneta ou de carimbo, sem exceção, não são aceitas, a menos que se pague uma taxa de no mínimo 5% para trocar. Casas de câmbio e outras instituições estão ganhando, e muito, com isso. ”, revela. < <https://www.naoviu.com.br/exclusivo-exigencia-de-notas-intactas-de-dolar-no-paraguai-pode-ser-um-golpe-de-bancos-e-cambistas/>>

marcados por elementos contrastantes. O luxo mercadológico muitas vezes inacessível e todas as relações que se produzem a partir daí, e os mercados de rua, marcados por mercadorias baratas ou informações, que se expande em muitas relações, principalmente caracterizadas pela pobreza.

Bruno entrou e se encaminhou para o caixa. Dois atendentes recebiam os pagamentos. Uma fila se organizava antes dos atendentes com pequenas barras de ferro conectadas por um tecido azul grosso e bem esticado. A fila fazia duas pequenas voltas, com três pessoas em cada uma delas. Logo chegou a vez de Bruno, ele cumprimentou a atendente, uma mulher paraguaia, e efetuou o pagamento em dólar. A atendente olhou as notas atentamente e lhe entregou o recibo. A diferença de dois centavos na conversão gerou uma economia de 16,25 reais na compra dos celulares.

Ele se direcionou para o setor de retirada dos aparelhos, dois andares acima. O setor em questão possui cerca de 30 cabines de 80 cm. Aguardamos novamente uma fila para retirada dos aparelhos ali. Em frente ao balcão, funcionários de camiseta azul recolhiam os recibos de pagamentos e buscavam as mercadorias guardadas em uma sala vazada imediatamente atrás dos balcões. Nesta sala, funcionários de camiseta vermelha pareciam conectar o estoque àquela área de entrega. Bruno entregou seu recibo para um atendente paraguaio de camiseta azul, que logo lhe entregou seus aparelhos em uma sacola plástica branca. Com os aparelhos em mãos, nos direcionamos para a porta lateral novamente. Bruno optou por não realizar a testagem dos aparelhos, indicou que durante seis anos de compra na loja, nenhum aparelho havia apresentado defeito.

Seguindo a proposta de Arjun Appadurai (2021, p.27-30), neste momento observamos o ponto de partida (na pesquisa, não na circulação do aparelho em si) da fase mercantil de nosso RNote. A partir de então, ele passa a transitar fora do estado de mercadoria, e só volta a assumir este estado quando é trocado novamente em Mediolândia.

2.3 “BEM” GUARDADO

Saímos da loja e nos direcionamos para uma *caja*. Bruno guardou seus celulares para passar de maneira fracionada pela aduana, dado que a cota de compra por pessoa é de 500 dólares, e de preferência as mercadorias não devem ser repetidas para não caracterizar comércio. Além disso, com os aparelhos guardados

ele pode circular e realizar outras compras sem se preocupar em extraviá-los ou batê-los.

Bruno chegou no local e cumprimentou Laura, a *mesitera* e dona da *caja* que ele guarda suas mercadorias:

“Bom dia! Você não vai acreditar, comprei um doce de leite pra você e esqueci no carro. Quando eu levar parte dos celulares depois, pego e te trago. É pra você experimentar e se gostar posso trazer mais para você revender. É um doce de leite caseiro que estão vendendo lá (em Mediolândia).”(Caderno de campo elaborado por Gabriel Cameran em viagem para Ciudad del Este com interlocutores).

Laura é uma mulher paraguaia, aparenta ter pouco mais de 40 anos e respondeu sorridente aos cumprimentos. Em seguida, Bruno perguntou se ela sabia como estava o movimento na aduana naquele dia, e ela indicou que não sabia de ninguém que havia passado naquele dia. Ele indicou que precisava esperar os outros dois compristas que estavam nas lojas para ver como passariam. Ela sugeriu passar em duas viagens, na cota, para não ter problemas. Ele entregou os aparelhos para ela guardar na *caja*, e foi realizar outras compras. A estrutura da *caja* é de ferro e permite dispor mercadorias para venda sobre ela, e guardar ou estocar mercadorias em seu interior, e pode ser visualizada na Imagem 2.

Imagem 2 – *Caja* dos *mesiteros* em Ciudad del Este



Fonte: Foto tirada pelo autor (2022).

Fernando Rabossi (2004, p.108) narra como a instalação de uma *caja* por um *mesitero* representava uma melhoria nas atividades de trabalho, que permitia ao mesmo tempo dispor mercadorias sobre ela, e guardar as mercadorias ao fim do expediente. Contudo, ao mesmo tempo que se mostrava como um avanço, em alguns casos era demonstrativo da crise da atividade devido a necessidade de atuar com duas mercadorias, como CDs e relógios para aumentar as vendas, isso em 2001 (Rabossi, 2004, p.107 - 108). Durante a década, Laura trabalhou com sua mãe, utilizando a mesma *caja* para venderem artigos de pesca, porém com a diminuição das vendas ela passou a apenas guardar mercadorias de compristas. Assim o sentido atribuído a *caja*, e as relações desenvolvidas a partir dela se referem a outro mercado, de estocagem de mercadorias para compristas.

A renda de Laura se desdobra em duas atividades. A primeira se refere a guardar mercadorias de compristas como Bruno, de quem ela cobra 20 reais para guardar pequenos volumes. Contudo, segundo ela, têm dias que volta sem um real para casa. A segunda vem de um *patrão*, comprista atacadista de celulares, que paga semanalmente 50 dólares para que ela compre, embale e entregue para *freteiros* grandes volumes de celulares. Ela já passou volumes como *laranja* anos atrás, mas devido ao esquadramento da fiscalização e ao número elevado de volumes, de 60 a 100, prefere entregar as mercadorias para um *freteiro*.

A caracterização de mercadorias enquanto “volumes” foi trabalhada por Eric Cardin e Brigida Renoldi (2020, p.326 - 342). Eles demonstraram empiricamente a transformação de mercadoria em volume nas galerias de Ciudad del Este, indicando que este processo é marcado pelo embalagem através de fita adesiva a integralidade da embalagem das mercadorias, que permite por um lado, proteger as mercadorias durante a travessia, geralmente pelo rio, e por outro, proteger moralmente os próprios atravessadores. Este movimento realizado por Laura sugere uma jornada sistemática possível diferente da mapeada no capítulo seguinte.

Outros dois compristas que viajaram com Bruno chegaram. Ambos compraram a mesma quantia de celulares, seis aparelhos cada. O esperaram enquanto conversavam com Laura sobre a aduana naquele dia. Ela indicou não saber. Isto remete ao papel de intermediação realizado por *mesiteros* durante a década de 1990 (Rabossi, 2004, p.228), porém já não se trata mais do mercado de compras, e sim de estratégias de passagem de mercadorias pela aduana da Receita Federal.

Os compristas guardaram três aparelhos cada com Laura, assim que Bruno voltou. Ele trazia sacolas com peças de celular, potes de batata, erva de tereré e perfume. Pediu para Laura as sacolas com os celulares e começou a organizar sua cota de forma fracionada. Ele escolheu um Moto e7i (106,00 \$), um Redmi 9c (136,00 \$), Moto e40 (136,75 \$) para passar neste momento. Estava abaixo da cota, e os celulares não estavam repetidos. A batata, a erva de tereré passavam a impressão de compras ocasionais de turistas. Os outros compristas também organizaram suas cotas e todos saíram.

Laura possui atenção redobrada ao seu celular para que qualquer mensagem de seu *patrão* seja respondida de forma breve. Enquanto isso, os demais *mesiteros* da mesma calçada circulavam ao redor de suas mercadorias expostas para venda. Um deles macerava ervas, com a cuia de metal de tereré ao lado, assim que ficou pronto a cuia circulou e passou pelos *mesiteros*.

Após 40 minutos, e algumas rodadas de tereré, Bruno e os compristas voltaram. Ele com um pote de vidro de doce de leite, que entregou para Laura. Ela agradeceu e colocou sob a *caja*. Em seguida perguntou como estava o movimento na aduana. Bruno respondeu que tranquilo, mas havia sido fichado. Quando ele passou estavam dois agentes na aduna, um homem e uma mulher, ambos mais velhos. A agente me parou, olhou minha sacola e falou “*Acho que podemos fazer uma ficha para você, né?*”. E outros dois compristas passaram.

Aqui é possível observar certa maleabilidade das práticas do regime normativo “legal”. O que quero indicar é que a fiscalização não é regra. Rosana Pinheiro-Machado (2004) apresenta descritivamente que mesmo em caso de fiscalização há uma gradação interpretativa do que é legítimo transitar e o que não é.

Quando eu trazia a muamba de Chico e a polícia parou-me, ao revistar minhas sacolas, falou um agente: “pode ir embora com essas coisinhas”. Ou seja, “coisinhas” não eram o que eles procuravam. Buscavam o que era considerado realmente proibido de se comercializar. Porém, se o critério é o mercado, nada impede que daqui a algum tempo, as “coisinhas” se transformem em “coisas grandes”: basta uma grande empresa de brinquedos conseguir poder de barganha sobre o governo, tal qual a indústria de informática e cigarro possui hoje (Pinheiro-Machado, 2004, p.71 - 72).

Esta passagem é significativa porque sugere que a legitimidade do Estado é apropriada por empresas que barganham com o governo, e esta relação produz

ressonância no regime normativo legal. E por sua vez, na prática e discursos dos próprios agentes de fiscalização.

Ao mesmo tempo, o regime normativo lícito também está em jogo. Fernando Rabossi (2004, p.263 - 264) descreve a apreensão de caixas de cigarro em um ônibus, em que o dono do cigarro, com os olhos cheios de lágrimas pediu “por favor” para que o agente da Polícia Federal não apreendesse suas mercadorias. Contudo, esta prática rompeu o regime normativo vigente, a norma neste contexto é o silêncio.

Quando se é indicado para fiscalização, é preciso descer do veículo com as mercadorias e fazer a fila para enfrentar os fiscais da Receita Federal que depois de revistar o que leva cada pessoa, de acordo com sua ‘avaliação’ podem reter a mercadoria para ser liberada com o pagamento das taxas correspondentes, ficar com ela (‘apreendê-la’), ‘cadastrar’ a pessoa como tendo utilizado sua ‘quota’ durante esse mês ou, no melhor dos casos, deixar ela passar (Rabossi, 2004, p.264).

Este conflito imanente entre dois regimes normativos distintos estabelece relações de sentido muito particulares, por um lado o silêncio, o “enfrentamento” aos fiscais”, por outro a avaliação, a cobrança de taxas, o cadastro e assim por diante.

Laura indicou que quando esses dois estão trabalhando eles ficham por “qualquer coisa”, ou seja, a avaliação destes agentes é mais esquadrinhada. *Fichar*⁷ é uma estratégia da Receita Federal para que as pessoas não possam voltar a fazer compra no exterior por 30 dias, sob pena de retenção das mercadorias, permitindo identificar turistas, compristas e laranjas através da periodicidade dos fichamentos. Como não poderia passar seus últimos três celulares, Bruno olhou para mim e disse: “Agora é com você vamo jogar no teu peito o que tiver, beleza?”.

Neste momento, o celular assumiu o “status” de cota pessoal. Assim como as “coisinhas” de Pinheiro-Machado (2004, p.71 - 72), e os cigarros e teclados de Rabossi (2004, p.263). Este processo contínuo da fase das coisas transita entre ordens legítimas e demonstra o conflito entre sacoleiros e agentes do Estado. Aqui me insiro nos regimes normativos do lícito, que Pinheiro-Machado (2004, p.28-30) chama atenção em sua “saga Geertziana”, de assumir cotas e de fato compartilhar de práticas que delimitam o pertencimento neste universo.

⁷ Ou ficar cadastrado.

2.4 “AGORA É COM VOCÊ, VAMO JOGAR NO TEU PEITO O QUE TIVER, BELEZA?”

Laura retirou os últimos nove aparelhos dos compristas da *caja*, e fiquei com os três de Bruno, o perfume e a batata que ele havia separado. Laura sugeriu que o adequado desta fosse passar de táxi, para variar a passagem e chamou um motorista para nos levar. Bruno deixou 5 dólares com ela assim que o carro chegou, e organizamos as cotas no grande porta-malas do táxi. Em minha cota fiquei com um Redmi 9c (136,00 \$), Moto e40 (136,75 \$) e o RNote (192,00 \$).

Viajei no banco da frente do táxi, de janela aberta e os outros três foram atrás. Os táxis são muito parecidos em Ciudad del Este. Andamos em um com um “C” centralizado no para-choque dianteiro, o Toyota Caldina. Algo parecido com uma minivan, que de alguma forma lembra um besouro branco. O interior é bonito, tem câmbio automático, kit multimídia (embora estivesse desligado) e bastante espaço (ao menos no banco da frente) que me permitiu esticar as pernas. Assim que entrei no carro coloquei o cinto de segurança. Olhei para o motorista e ele estava sem, com uma mão no volante e a outra segurando o celular. Ouvindo áudios com o alto falante voltado para o ouvido. Parecia que o carro andava sozinho em meio a um trânsito caótico.

Bruno perguntou sobre o movimento na aduana naquele dia para o taxista. Ele respondeu que estava ouvindo a respeito de outros motoristas, e que pelo que falavam a pista da direita na aduana brasileira estava “melhor” para passar. Olhei para o painel do carro, aparecia o sinal de que o freio de mão estava puxado, pensei em comentar, mas preferi não atrapalhar a conversa do motorista. Quando entramos na avenida/rodovia que dá acesso a ponte o motorista deu uma acelerada, uma caminhonete brasileira que vinha pela via teve de frear com alguma força, o motorista não esboçou reação, eu transpirei. Passamos rapidamente pela aduana paraguaia sem agentes de fiscalização no interior da estrutura.

Seguimos para a ponte⁸. O taxi não precisou parar em nenhum momento devido a congestionamento, fazendo com que a passagem fosse rápida. Após a ponte e antes da aduana brasileira o taxista colocou o cinto, e procurou um lugar para guardar seu celular, não conseguiu deixar no painel e guardou no bolso da calça

⁸ Fernando Rabossi (2004, p.258 - 259) descreve a organização burocrática deste espaço, e a implicação do pagamento de impostos correspondentes às mercadorias em caso de apreensão.

jeans. Nos aproximamos da aduana brasileira, e a agente que fichou Bruno apareceu, atravessou a via que passávamos da direita para esquerda, em frente ao carro.

À esquerda, outro agente da Receita a esperava, um homem estava parado observando. Eles caminharam juntos sentido a uma *perua* azul parado na via ao lado, uma *perua* paraguaia com porta-malas e todas as portas abertas. Ao lado do carro, uma mesa com a plaquinha azul com a escrita “força nacional”, escorada em algumas fileiras de caixas de cigarro Eight vermelhos, e alguns azuis. Os dois agentes mais velhos observavam, enquanto outros dois mais jovens mexiam no carro e tiravam as caixas.

Novamente regimes normativos transitando. Em um lado, o taxista e seus grupos de *WhatsApp* que em certa medida permitem sua sobrevivência em um polo do lícito. Por outro, a prática dos agentes que apreenderam cigarros, que é a mercadoria com maior volume de apreensões todos os anos, segundo a série histórica da Receita Federal de Foz do Iguaçu, e por isso a atenção é absolutamente justificável⁹.

Bruno chamou minha atenção sobre a passagem pela aduana durante a primeira interação que estabelecemos.

“É muito louco! Eu fico tenso toda vez que passo pela aduana. Toda vez que a gente vem pro Paraguai é sempre uma coisa nova. Nunca é igual. Sempre uma experiência diferente. Uma tensão que é prazerosa, que outras pessoas, ou você não vai entender. Porque é o meu dinheiro que está em jogo! ”. (Caderno de campo elaborado por Gabriel Cameran, registro de interação com Bruno).

Esta fala indicou como a legitimidade da ação dos agentes do Estado, que ao mesmo tempo não é questionada, e inclusive produz certo prazer. Machado Da Silva (p.101, 2002) sugere que vivemos em um momento em que as atividades econômicas estão atreladas ao “risco e a insegurança”, interessante pensar que o risco aqui produz prazer.

Em seguida, o taxista pegou seu celular no bolso e mandou um áudio, algo em uma língua entre o guarani e o espanhol, no celular. Então, falou conosco: “*aqueles agentes (o homem e a mulher) não são bobos, eles devem ter informantes, porque eles param e pegam*”. Bruno comentou que há pouco havia sido fichado pela mulher. O taxista fez um movimento com a cabeça como reafirmando o que havia acabado de falar.

⁹ Tabela apresentada no Anexo 1

A reafirmação da atuação destes dois me chamou atenção para personificação das atuações discricionárias (Lipsky, 2019 p.55 -61). Rosana Pinheiro-Machado (2004, p.29) indicou algo parecido com o policial Mateus, nos seus termos “um famoso carrasco dos sacoleiros”. Atualmente, a gravação das séries “Operação Fronteira” e “Aeroporto Área Restrita” apresenta parte da rotina de atuação e apreensão de mercadorias pelos agentes e coloca novos elementos para a personificação da atuação.

Bruno indicou para o taxista o estacionamento onde o carro dele estava. O comprista deixa o carro em Foz do Iguaçu para não enfrentar o trânsito de Ciudad del Este, e possíveis acidentes. Assim que o táxi parou no estacionamento, o motorista saiu e abriu o porta-malas, eu comecei a tirar as sacolas e colocar no chão, os outros compristas fizeram o mesmo. O taxista chamou atenção indicando o preço da corrida, 40 reais, Bruno pagou e em seguida o motorista foi embora.

Entramos no estacionamento com as sacolas para guardar as mercadorias no carro de Bruno. No interior do estacionamento, que possui um salão extenso, observei três carros em frente ao de Bruno, e outras duas filas ao lado também com carros enfileirados. Um funcionário pediu se iríamos sair, indiquei que sim, ele foi pegar a chave para retirar os outros carros e pediu para aguardar para guardarmos as sacolas. Outro comprista se direcionou para o caixa do estacionamento e pagou 35 reais, pelo período da manhã em que o carro esteve ali.

Logo que o manobrista tirou os carros, fomos guardar as compras no de Bruno, e os compristas organizaram suas cotas no porta-malas. Quando entramos no carro a sensação de cansaço me abateu e imagino ter transparecido, porque logo me indicaram que a viagem seria longa - mais 10 horas de estrada, com muitos “postos” de polícia pela frente¹⁰.

2.5 ILEGALISMO VIAJANTE – VIAGEM EM TENSÃO

Bruno fez referência a primeira possibilidade de parada estava 20 minutos à frente em Santa Terezinha de Itaipu assim que entramos no carro. Saímos do estacionamento sentido a rodovia-277. Era recém passado das 11 horas da manhã.

¹⁰ O restante da viagem é marcado pela Zona Secundária, nestes espaços as mercadorias que excedem a cota (neste momento de 500 \$), e que não foram declaradas são apreendidas (Rabossi, 2004, p.259).

Bruno indicou passado alguns quilômetros o posto da Polícia Rodoviária Federal: “*Tá vendo lá em cima naquelas árvores? Lá fica o Mosquiteiro*”.

Bruno indicou que já teve mercadorias apreendidas ali, 2.600,00 reais. Apreenderam inclusive o shampoo de sua esposa, o que pareceu causar indignação. Sem agentes na rodovia quando nos aproximamos. Bruno indicou que eles entram na pista em dois segundos. Abaixamos os vidros ao passar pela estrutura e não vimos ninguém. Bruno suspirou “*O primeiro passou*”.

A viagem foi realizada por rodovias principais do começo ao fim. Contudo, Bruno ia decidindo durante a viagem por onde ir. No caminho que seguimos passamos por postos de polícia em Céu Azul (PR), Cascavel (PR), Ubatã (PR), Campo Mourão (PR), Marialva (PR), Rolândia (PR), Londrina (PR), Sertãoópolis (PR), Florínea (SP), Assis (SP), Ourinhos (SP), Santa Cruz do Rio Pardo (SP). Passando próximo de Bauru (SP), Bruno indicou que um de seus conhecidos compristas se enganou no anel rodoviário de Bauru, e ao invés de seguir pela BR-369, entrou na SP-300, direto para o posto da Polícia Rodoviária de Bauru, onde teve mercadoria apreendidas.

Em todos os postos repetimos o mesmo movimento de abaixar os vidros. Depois de mais de 950km, treze postos de polícia com nenhuma abordagem efetivada, os celulares chegaram em Mediolândia 23:40, depois de aproximadamente 12 horas de viagem. O RNote foi para casa do comprista “descansar”, para no dia seguinte se inserir no mercado local em uma assistência técnica no interior do estado de São Paulo.

2.6 “PODEMOS FAZER UM ROLO”

Bruno abriu a loja no dia seguinte as 9h da manhã. O espaço localizado em um shopping popular apresenta na fachada um longo nome vazando para fora do globo terrestre, uma identidade visual genérica de pequenos negócios que se repetiu durante a pesquisa de campo. O interior conta com um expositor de vidro com celulares centro da loja, ao fundo um balcão com carregadores, fones e infinidades de produtos. Logo que entrou publicou seus novos aparelhos para revenda na rede social Instagram (a imagem de venda do RNote apresentada a seguir). Também encaminhou foto dos aparelhos para seus contatos indicando que chegaram

novidades na loja. Ainda conferiu os preços dos aparelhos em lojas de varejo antes de publicar para venda.

Imagem 3: Aparelho RNote



Fonte: Imagem publicada em maio de 2022. Retirada do Instagram da loja do interlocutor. Nome e local borrados para preservar a imagem da loja.

Depois de transitar como “volume guardado”, “cota” e “ilegalismo viajante”, nosso RNote voltou para situação mercantil e assumiu o valor de 1.480,00¹¹ reais a vista ou 1.600,00 reais a prazo. O centro comercial de Mediolândia é antigo e movimentado por moradores da cidade, o que faz com que a circulação seja mais lenta e restrita. Muitos clientes passaram pela assistência técnica em um intervalo de 20 dias, contudo nenhum deles se interessou pelo aparelho devido a seu alto valor.

Até que chegou um cliente com um aparelho MOTO G –31 com a tela quebrada, para realizar a manutenção. Bruno indicou que a tela em questão custaria 250,00. O cliente indicou que iria pensar, e começou a passar os olhos pela loja,

¹¹ O RNote, durante o mês de maio de 2022, variou entre a faixa de preço de 1.119,00 e 1.249,00 reais na loja online da Amazon. A média do preço neste mês foi de 1.198,66.

observou aparelhos novos e usados. Em seguida pediu para o vendedor se ele compraria seu aparelho por algum valor.

O MOTO G-31 é um aparelho lançado em dezembro de 2021, portanto, novo naquele momento. Bruno respondeu que sim, mas devido a tela quebrada pagaria um valor abaixo do mercado, próximo de 300 reais¹². Em seguida, sugeriu “*ou podemos fazer um rolo*” e ofereceu seu aparelho mais caro, o RNote. O “rolo” consiste em uma troca mercantil próxima da permuta, que, contudo, permite algum lucro para o “rolista”. Assim, o RNote não assumiu a integralidade dos 1.400 reais a vista, ou 1.600 reais a prazo. O que tornou mais fácil a venda.

Bruno começou a realizar “rolo” de celulares em 2001. Contudo, já realizava essa prática antes do mercado de aparelhos se efetivar. Utilizando seus termos:

“Assim, eu já gostava de mexer com rolo, né? Nessa época aí, 2001. E como que chegou no celular, acho que era a coisa que tava no momento, né? E o rolista ele vai vendendo o que tá no momento, né?! Mas eu sempre fiz rolo de celular, bicicleta, galinha, de tudo, entendeu? Então, e aí cheguei no celular, e acabei ficando.” (Interação estabelecida com “Bruno” através do aplicativo de mensagem Whatsapp).

Assim, o valor não se cristaliza no dinheiro, e sim na coisa trocada, e na circunstância em que é trocada, demonstrando como o valor é variável e subjetivo (Appadurai, 2021).

Na troca do RNote, para o cliente que o comprou, seu celular assumiu o valor integral de 550,00 reais, porque seriam: 300 reais oferecidos pela loja; mais 250,00 reais pela troca da tela que seria feito de qualquer forma. Enquanto para Bruno, ele vendeu o RNote por 1.100 reais. Comprou a tela do MOTO G-3 por 90 reais, e ele mesmo trocou. Assim, o aparelho custou para ele 490,00 reais. Após a troca da tela, o aparelho foi publicado para venda na loja por 999,00 reais a vista, ou em 10x de 120,00 reais no cartão de crédito, como apresentado pela Imagem 4.

¹² Dia 06 de junho de 2022, este aparelho novo custava 1.214,00 no site das Lojas Americanas.

Imagem 4: Aparelho MOTO G-31



Fonte: Imagem retirada do Instagram da loja do interlocutor, com nome e local borrados para preservar a imagem (2022).

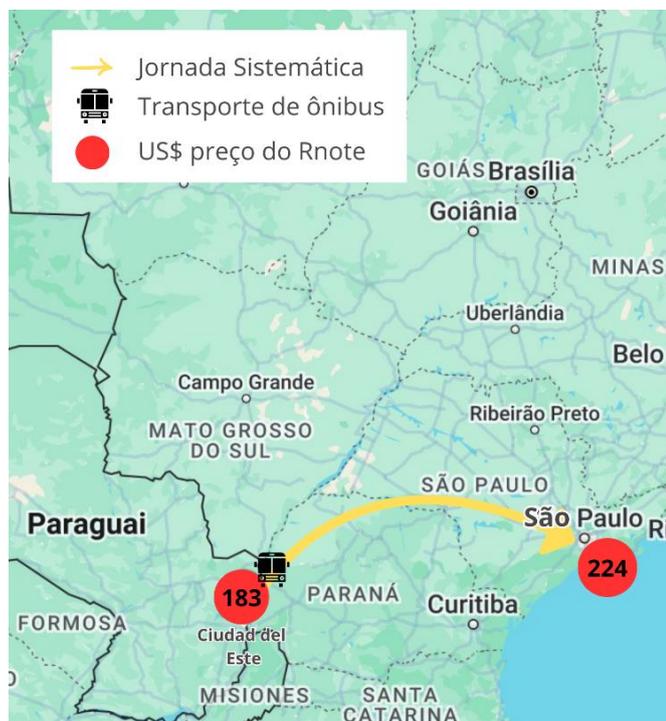
Desta forma, o processo de valoração do RNote, ocorreu da seguinte forma:

- Comprado por 998,40 reais em Ciudad del Este.
- Trocado por um MOTO G-31, assumindo o valor de 1.100,00 reais em Mediolândia.
- O MOTO G-31 assumiu o valor de 390,00 reais.
- O MOTO G-31 foi anunciado por 999,00 reais a vista, ou 10 vezes de 120,00 reais.
- Somente ao vender o MOTO G-31 descobrimos o valor final do RNote. Supondo que tenha sido 999,00 reais. O valor final assumido por nosso aparelho foi de 1.709,00 reais.

3 DE CIUDAD DEL ESTE PARA SÃO PAULO: UMA JORNADA SISTEMÁTICA

Neste capítulo, conheceremos a biografia econômica e social de nosso aparelho por meio de uma jornada sistemática, que acompanhei em junho de 2022. Nesta jornada, o RNote passará de mão em mão, de uma vendedora paraguaia para um freteiro, um laranja, passageiros¹³, até uma vendedora brasileira. O fim da fase mercantil deste aparelho é múltiplo. Ele pode ser vendido no varejo, atacado, ou “dropshipping”¹⁴ na cidade de São Paulo (SP). Lá, como um centro comercial, os aparelhos não são vendidos apenas para consumidores finais, o que faz com que seu preço varie de acordo com a modalidade de troca. Realizo a representação desta jornada através da imagem 5.

Imagem 5 – Representação da jornada artesanal, referência do dólar 5,25 reais



Fonte: Mapa produzido pelo autor com a representação extraída pelo *Google Maps*.

¹³ Utilizo desta categoria em referência a Associação Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) que regula o transporte acompanhado de passageiros até 30kg em ônibus de linha. No caso, os passageiros se aproveitam desta regulação para circular com os celulares.

¹⁴ Segundo o dicionário da Amazon: Dropshipping é um sistema em que a empresa que faz a venda do produto atua como intermediária entre o consumidor e o fornecedor. A loja recebe o pedido, gerencia o pagamento, faz todo o atendimento e envia a solicitação para o fornecedor, que é o responsável pela preparação e entrega dos itens. <disponível em: <https://venda.amazon.com.br/sellerblog/dropshipping#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20dropshipping,->

Vamos%20come%C3%A7ar%20explicando&text=Dropshipping%20%C3%A9%20um%20sistema%20em,prepara%C3%A7%C3%A3o%20e%20entrega%20dos%20itens.>

A partir desta jornada, argumentamos que os circuitos sistêmicos realizados através da globalização popular colocam em movimento aparelhos, atores, legitimidades, regimes de normatividade, e sobretudo dinheiro. O ganho, o risco e a perda estão articulados à esta cadeia de valor em uma trama indissociável. Opero na descrição a partir de dois pares de oposição: sobrevivência/ acumulação, que se conectam e sugerem que os riscos orbitam no interior das dinâmicas de sobrevivência; “perigo/segurança” que opõe legitimidade e regimes normativos.

O preço do aparelho é modulado por uma porcentagem de seu valor de venda e os riscos do transporte na maior parte da jornada, e, ao seu fim, é sua capacidade de ser trocado e retrocado que marca seu valor.

3.1 “ESSA VAI SER A SÉTIMA VEZ QUE ATRAVESSO ESSA PONTE HOJE”

Era 16h00 da tarde, fim de expediente das lojas em Ciudad del Este. Chico, um homem na faixa dos 25 anos, entrou na loja transpirando sem parar, estava vestido de camiseta regata, shorts de tactel e chinelo. Ele se direcionou para sua vendedora, e indicou sorrindo que aquela seria a última compra do dia, oito aparelhos RNote. A vendedora brincou que poderia voltar quantas vezes precisasse, e tirou a guia de pagamento. Ele respondeu: *“Essa vai ser a sétima vez que atravesso essa ponte hoje!”*.

Chico é um dos interlocutores chave deste capítulo, ele nasceu e viveu a maior parte de sua vida na grande São Paulo. Atualmente, mora em Foz do Iguaçu, e seus pais aposentados (no Brasil) em Ciudad del Este. Durante toda a vida estiveram envolvidos nos circuitos de mercados populares. Nos dias atuais, trabalham no ramo dos celulares, comprando aparelhos quando necessário, acompanhando e realizando o câmbio do dólar. Chico realiza viagens bate-volta partindo da cidade paraguaia para São Paulo, quando preciso. Ele viaja ou contrata pessoas para viajar, com uma periodicidade de aproximadamente dez vezes por mês. Seus pais não viajam mais.

A mudança de viver na fronteira foi algo que constatei com alguma frequência, e é um elemento que se diferencia do circuito de compristas que tinham a cidade paraguaia como local de “bate”, e “pivô” do circuito de compra e venda em um modus operandi de bate-e-volta (Rabossi, 2004, p.268; Cardin, 2011, p.91), agora indico como local “volta”.

Seis pessoas estavam a sua frente na fila do caixa. Ele calculou os valores em seu celular, os oito aparelhos custaram 1.464 dólares. A cotação do dólar no dia estava a 5,25 reais. Chegou no caixa, cumprimentou o atendente, homem paraguaio, e realizou o pagamento em dólar. O atendente olhou atentamente nota por nota e contou 15 notas de cem dólares. Em seguida retirou um recibo e lhe entregou, juntamente com o troco. Logo ele se direcionou para o setor de retirada. Naquele horário, o local estava cheio devido à presença de turistas, que compram, efetuam o pagamento e deixam para realizar a retirada no fim do dia.

A compra nas jornadas sistemáticas geralmente antecede um processo “embalamento” das mercadorias com o fim de esconder suas características e assumir a unidade geral “volume”. Eric Cardin e Brigida Renoldi (2020) descrevem uma cena de produção de volumes na cidade paraguaia da seguinte forma:

Um largo corredor de tamanho não desprezível abriga centenas de pessoas que se apertam na busca por espaço entre pessoas e mercadorias. No meio de conversas em várias línguas e risadas assombrosas emitidas em algum lugar da redondeza o som repetido e marcado da fita adesiva sendo aplicada para proteger os “volumes” continuava ganhando protagonismo, outorgando ao ambiente uma melodia muito peculiar: descola, corta, cola, descola, corta, cola, descola, corta, cola, sem fim. (Cardin, Renoldi 2020, p.328)

Em nossa descrição são poucas “peças”, então não se faz necessário neste momento. Os aparelhos saíram em sacolas da loja. Nosso interlocutor trocava mensagens pelo *WhatsApp* com um de seus laranjas de confiança que esperava as compras do lado de fora da loja utilizando a rede *wi-fi*¹⁵ do próprio comércio. Quando saímos e os encontramos faziam 32 graus, todos estavam pingando. Caio, o laranja de confiança trouxe Brisa, sua irmã, e Douglas, seu amigo. Todos brasileiros com pouco mais de 20 anos. A nacionalidade influencia na atividade de laranja, uma vez que apenas brasileiros acessam a cota de 500 dólares de compras internacionais.

A manutenção da atividade dos *laranjas* indicada por Cardin (2011, p.92) é relevante e persiste há três décadas. As relações de *patrão e laranja* são muito

¹⁵ A utilização do wi-fi das lojas é muito comum, porque os chips de celular brasileiros não funcionam em Ciudad del Este, e é preciso de um documento paraguaio, ou passaporte para adquiri-los no Paraguai. Em compensação, a maioria das grandes lojas possui rede wi-fi aberta, ou com senha de fácil acesso.

marcadas pela confiança que se constrói a partir das práticas e da validação de outros atores. Caio é quem permite que a confiança circule aqui. Em alguns casos quando necessário ele mesmo realiza a compra e despacha as mercadorias.

Chico e os laranjas se direcionaram para a rodovia que leva para a ponte, onde as peruas se concentram. Cada um com dois aparelhos. Os laranjas guardaram suas cotas, sacolas azuis com listras brancas, geralmente entregues em compras na rua. Pararam atrás de uma perua branca com listras verdes. Chico chamou atenção do motorista paraguaio indicando que dois iriam entrar, o motorista concordou com a cabeça, em seguida eles combinaram um local de parada. Caio e Douglas entraram naquela. Seguimos para a da frente, uma perua azul escura. Novamente, Chico chamou atenção do motorista, que pediu se iriamos entrar, indicamos que sim, e o interlocutor indicou novamente o local de parada no Brasil.

3.2 COTA PASSANDO

Nós três entramos na perua. Eu, Chico e Brisa nos sentamos no último banco atrás. Outro homem entrou com três sacolas sortidas, e se sentou no banco da frente. O motorista deu a partida e a van entrou na rota da ponte. A perua começou a andar. Brisa começou a falar com pressa, e alguma indignação. Ela havia passado um Iphone de 522 dólares pouco antes. E indicou com alguma indignação que o comprista “*chorou*”¹⁶ para pagar 20 reais para passar o aparelho. Ele respondeu que “*É ruim, mas para passar um celular é isso*”.

A atividade dos laranjas é realizada pelos “[...] sujeitos que menos ganham e que concretamente correm mais riscos de serem pegos pela fiscalização” (Cardin, 2011, p.63 - 76). O risco elevado se dá necessariamente pela quantidade de vezes que eles passam pela aduana da Receita Federal. Nos termos de Fernando Rabossi (2004):

[...] na maior parte do tempo o laranja é um transportador de fato, mas é o direito de usar sua cota o que lhe garante ser contratado como tal. Este direito emerge e é útil para o comprista em caso do laranja ser controlado pela Receita Federal. Se for controlado e cadastrado, então o trabalho que oferece o laranja fica comprometido para ser efetivo nos 30 dias seguintes (Ibid, p.76).

¹⁶ A mercadoria “morre” no volume (Cardin; Renoldi 2020), mas aparentemente continua muito “viva” na cota.

Chico vem contratando Caio como auxiliar da fronteira¹⁷ há algum tempo. Em seguida conheceu Brisa, e mais recentemente Douglas. O combinado entre eles é 15 reais por passagem. O valor é baixo, mas ele precisa passar com frequência, e sempre trabalha abaixo da cota. Isto é bom para ele porque garante certa “segurança” frente fiscalização, e em alguma medida para os laranjas que levam sacolas com pouco volume e não chamam atenção dos agentes da Receita Federal. De toda forma, o dinheiro é pouco e ajuda apenas para a sobrevivência da família de Caio e Brisa.

O movimento na ponte estava lento. Algumas lojas já estavam fechadas em Ciudad del Este. Compristas e turistas pegavam o caminho de volta para o Brasil. O trajeto de pouco mais de um quilômetro demorou mais de 30 minutos. Quando chegamos na aduana olhamos pela janela para os agentes transitando entre as pistas. Eles estavam de braços cruzados olhando para os veículos. Na calçada a pé, um grupo de adolescentes com roupa de escola me chamou atenção, andavam todos juntos com sacolas nas mãos. Puxava a frente um menino com um uma sacola grande que quase raspava no chão, com um Playstation 5. Eles passaram ao lado de uma agente. Ele olhou para ela e ergueu a sacola. Ela fez sinal com as mãos para ele seguir andando. Eles passaram. E nós também.

O motorista da perua saiu da aduana, e entrou em uma rua paralela da BR-277. A outra perua estava atrás de nós. Paramos uma em seguida da outra. Assim que parou o motorista abriu a porta dos passageiros e o porta-malas. Chico pagou 20 reais pela viagem dele e da laranja para o motorista. Se encaminhou para a perua de trás, e pagou o outro perueiro. Ele e os três laranjas se reuniram em seguida. Todos entregaram as sacolas para Chico, que as colocou no chão. Ele entregou 15 reais para cada. Os três laranjas foram a pé para o Terminal Ponte, na Vila Portes, a três quadras de onde estávamos assim que receberam.

Para os laranjas, a fronteira segue como estratégia de sobrevivência, e permite demonstrar como “[...] a apropriação e [seu] uso [...] são elásticos, fazendo com que uma mesma situação possa ser apreendida e significada de modos distintos” (Cardin, 2018, p.311). Por um lado, expansão do capital e estratégias de circulação de mercadorias; por outro, mobilização de práticas seculares e circulares de interdependência e conexão das margens do rio (Cardin; Fiorotti, Lima, 2016, p.55).

¹⁷ Ouvi esta expressão de um laranja com sentido de valorização de sua atividade.

Chico foi buscar os outros aparelhos em um dos guarda volumes na mesma rua. Assim que chegou, cumprimentou os atendentes com algum nível de intimidade. Eles foram pegando as sacolas com outras muitas caixas de celulares. Ele pagou 10 reais, retirou as caixas e se direcionou para seu carro que estava estacionado em frente ao local. Abriu o porta-malas e organizou duas fileiras com aparelhos sobrepostos. Todos eram aparelhos da Xiaomi: 28x RNote (183 \$), 10x Redmi Note 10s (187,00 \$), 5x RNote PRO (223,75 \$) 5x Poco X4 PRO (258,70 \$). Fechou o porta-malas e foi para dentro carro.

Tirou o celular do bolso e olhou as horas. Eram 17h35 da tarde. Ele mandou mensagem para os passageiros que embarcariam para ele no dia seguinte, indicando que toda a mercadoria estava comprada. Chegou em casa e embalou as caixas dos aparelhos com fita adesiva azul e preta em volumes. Assim, os diferentes aparelhos da Xiaomi e POCO, com diferentes preços, assumiram a característica particular de volume. Contou 48 volumes e os organizou em três mochilas, com 15 em cada para os freteiros, e 18 para ele. Dividindo os aparelhos caros e baratos de maneira equalitária.

Essa atividade de agenciamento pelo próprio *freteiro* parece algo recente. As atividades seguiam a seguinte dinâmica na virada do século XXI:

Na maneira mais comum o sacoleiro realiza as compras no microcentro, leva as mercadorias aos freteiros e estes se responsabilizam pelo transporte para o interior do Brasil. Porém, existem casos onde os sacoleiros apenas fazem um depósito para as lojas pré determinadas com valores correspondentes a um conjunto de mercadorias solicitadas via e-mail ou fax. A loja separa os pedidos e os freteiros buscam e os entregam no lado brasileiro da fronteira (Cardin, 2011, p.63).

Contudo, a dinâmica de circulação em si foi indicada por Freire da Silva (2014) através de uma de suas interlocutoras que viajava todos os dias da semana, exceto domingo “[...] ela procura distribuir suas encomendas e agenciar outras pessoas para transitar com as mercadorias” (Ibid, p.123). Dessa forma, em caso de apreensão o prejuízo é diluído. Também reflete um movimento de compreensão da própria descontinuidade da prática de fiscalização do Estado.

3.3 BAGAGEM EMBARCANDO

Fui com Chico para Rodoviária de Foz do Iguaçu as 11h30. O calor do dia anterior havia passado e o frio se estabeleceu. Eduardo e Alice, os passageiros¹⁸ que viajariam chegaram agasalhados, ambos com sacolas plásticas com roupas em mãos. Chico os entregou as mochilas e as passagens compradas em seus respectivos nomes. Ele paga 350,00 reais por viagem para cada, além das passagens de ida e volta. Eles viajam praticamente todos os dias da semana, bate-e-volta, chegando a dez viagens por mês, e um rendimento próximo de 3.500,00 reais, que permite a sobrevivência.

Eles pegaram as mochilas, guardaram a sacolas em seu interior, e se direcionaram para a plataforma de embarque. Nós os acompanhamos. Ambos embarcariam em ônibus diferentes que partia 12h00. Chico estava atento aos grupos de estrada no celular enquanto os ônibus não chegavam. Segundo ele, as estradas andavam “perigosas” devido as fiscalizações da Polícia Rodoviária, da Receita Federal e do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron). Se começassem a reportar alguma operação, eles não viajariam.

Os grupos de estrada são grupos de *Whatsapp* que podem ser pagos ou gratuitos, onde os próprios passageiros, ou batedores reportam em tempo real a presença ou não de polícia nas estradas. Os grupos pagos podem chegar a 80 reais a mensalidade, seus donos são “acusados” de participar de vários grupos gratuitos e pegarem “reportagens” destes grupos, e encaminhar para o pago. Os grupos possuem regras rígidas de participação: 1) é somente para quem viaja; 2) é necessário reportar os “postos” de polícia enquanto viaja; 3) os participantes que não reportam são excluídos do grupo; 4) proibido mensagens que não sejam sobre estrada, sobretudo brincadeiras.

Ao expressar que as rodovias estão “perigosas”, o Estado aparece como fornecedor do “perigo”. Este elemento inverte a gramática “segurança” / “perigo”, porque quem fornece a “segurança” são os *grupos de estrada*. Contudo, a ação “perigosa” do Estado é legal. Enquanto nos grupos as práticas são lícitas, os operadores se aproveitam da própria dinâmica da fiscalização para estabelecer uma rede e mitigar as apreensões. No entanto, estes grupos não se estruturam enquanto ‘mercado de proteção’ que tem como característica fundamental a compra sistemática de “mercadorias políticas” (Misse, 2007, p.141-142). E sim como

18

“proteção de mercado” que atua nos contornamentos da fiscalização para se efetivar, e evita tanto a necessidade de compra de “mercadoria política”, quanto apreensão das mercadorias em si. E é operacionalizado por dentro, por um regime normativo intrínseco a própria prática.

Com “reportagens” de que as rodovias estavam “limpas” nos grupos de estrada, vimos o ônibus convencional dos passageiros chegar pouco passado das 12h00. Esperamos mais 50 minutos para chegada de nosso ônibus. As reportagens até aquele momento eram de estrada “limpa”. Os passageiros já haviam passado o posto de polícia de Santa Terezinha de Itaipu (PR) há algum tempo quando nosso ônibus chegou.

Juntamos nossas mochilas e fomos para a plataforma de embarque. Ônibus convencional, apenas um andar. As passagens mais baratas nos ônibus de linha para São Paulo, 170,00 reais. Entregamos nossas passagens para o motorista, ele destacou uma parte e entregou o restante do bilhete. Destacou uma fita de um rolo que estava em mãos e colou nas mochilas. Entrei no ônibus atrás de Chico. Reparei nos assentos que pareciam confortáveis, dois bancos de cada lado, com um pequeno encosto no meio entre eles.

O corredor era estreito, andamos devagar porque sua mochila dificultava a locomoção. Encontramos nossa poltrona e nos sentamos. Eu ao lado da janela e Chico no corredor. Em seguida, outro homem entrou, o chamaremos de Pedro. Jovem, pouco mais de 20 anos, usava moletom rosa claro, calça preta. Ele carregava uma mochila nas mãos com certo cuidado. Ele se direcionou para as poltronas ao lado das nossas no pequeno corredor. Sentou sozinho e segurou a mochila no colo. Ele e Chico se cumprimentaram.

Era 13h10 quando o ônibus saiu de Foz do Iguaçu. Logo passamos pela Polícia Rodoviária de Santa Terezinha (PR). Sem movimento de policiais na rodovia. Chico pegou seu celular, e comunicou outros passageiros “mosquito limpo”. Ele aguardou retorno para saber como estava a rodovia em Céu Azul (PR). Outros passageiros indicavam que estava “limpo” também. Com essa mensagem, ele se ajeitou, esticou o braço no encosto e dormiu até Céu Azul (PR), onde ele reportou “limpo” e voltou a se ajeitar.

Entre os anos de 2002 e 2020¹⁹, o posto da Receita Federal de Medianeira, conhecido como barracão, marcou a memória de sacoleiros como “o grande temor dos compristas” (Rabossi, 2004, p.259). Este local foi marcado como rito de passagem de compristas no começo dos anos 2000:

Antigamente atravessar a cidade de Medianeira, localizada a cerca de 60km de Foz do Iguaçu, e passar pelo “barracão”, como é conhecido o posto de fiscalização da PF, representava um alívio para os sacoleiros, pois depois desse ponto dificilmente haveria controle. Agora, até mesmo na divisa do Paraná com o estado de São Paulo ocorrem fiscalizações (Freire da Silva, 2014, p.125).

Atualmente, ele está fechado. Contudo, estes achados de Freire da Silva (2014) continuam relevantes e indicam a reorganização da política de fiscalização do Estado brasileiro. Se antes havia a indicação, era de uma situação de “funil”²⁰ na Receita Federal em Medianeira, atualmente a fiscalização é contínua e realizada através dos postos da Polícia Rodoviária Federal.

Chegamos na rodoviária de Cascavel às 15h20. Pedro saiu com sua mochila em mãos. Cerca de cinco minutos depois ele voltou, enquanto entravam os outros passageiros. Chico perguntou “*Foi despachar a mercadoria?*”. E ele respondeu “*Sim, já despachei*”. E se ajeitou novamente nas duas poltronas que ocupava sozinho. Os passageiros que Chico contratou já estavam para frente de Corbélia (PR)²¹, e tudo “limpo” enquanto passavam.

3.4 VIAJANDO COM O “CERTO”

¹⁹ “[Wilson Schwantes investigador da Polícia Civil de Medianeira] Nos informou o investigador que aquele espaço de 11.800m² sempre foi de domínio da Secretaria de Segurança Pública do Paraná adquirido ainda em 1981 e que só no ano de 2002 em parceria com a Prefeitura de Medianeira fora construído o barracão, conhecido como Barracão Fiscal Bom Jesus que fora cedido para Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal por ser ponto estratégico de fiscalização que atuou até 03 de julho de 2020. A partir dessa data, o espaço passou a ser Pátio da Polícia Civil Regional do Oeste para depósito de veículos apreendidos”. < <https://www.revistamosaic.com.br/veiculos-apreendidos-pela-civil-a-disposicao-da-justica-no-barracao-bom-jesus/>>

²⁰ [NOTA DE RODAPÉ - 305 da Tese de Fernando Rabossi] “Da mesma forma que na ponte, passar pelo Posto de Medianeira é como passar por um funil, mas pelo fato de estar isolado e colocado basicamente para fiscalizar aos compristas que voltam do Paraguai, essa passagem é ainda mais traumática que na ponte” (Rabossi, 2004, p.259).

²¹ Cerca de 36km de Cascavel, e aproximadamente 40 minutos de ônibus.

Era 15h30 quando nosso ônibus saiu da rodoviária Cascavel. Chico pegou seu celular e começou a observar as “reportagens” de “*sujo*” no posto da Polícia Rodoviária Federal de Cascavel. Ainda na rodovia, na saída de Cascavel, o motorista parou no acostamento. Após alguns segundos, os passageiros do lado direito comentaram sobre viaturas na estrada. Fomos parados pela Polícia Rodoviária Federal em Cascavel. Pedro fez um “*Ah não*” e em seguida começou a tirar de dentro da mochila pequenas caixas embaladas em plástico azul e jogar para debaixo do banco. Neste momento, percebi como os volumes poderiam ser qualquer coisa. Chico abriu sua mochila e puxou uma marmita para fora, subiu outras peças de roupa, e empurrou os volumes para o fundo, guardou a marmita e fechou a bolsa.

Dois agentes entraram no ônibus “*Bom dia senhores, fiscalização da PRF, poderiam colocar a poltrona na vertical, por favor, e permanecerem sentados.*” Um agente andou entre as poltronas azuis. Iluminou com uma lanterna embaixo de duas poltronas vazias no meio do ônibus, não viu os celulares de Pedro e se direcionou para o fundo. A abordagem iniciou pela passageira da última poltrona. Pedro olhou para trás muitas vezes seguidas. Os policiais vinham se aproximando “*É de onde? Vai para onde? Vai fazer o que lá?*”

Duas poltronas atrás da nossa os policiais pararam a revista. Saíram do ônibus e foram conferir as malas no bagageiro. Pedro começou a falar “*Graças a Deus! Deus protege porque a gente está trabalhando com coisa certa! Não tem nada errado.*” Chico respondeu: “*Sim! Graças a Deus! Deus é fiel!*”. Um homem na poltrona de trás responde em tom aliviado: “*Nossa, empurrei todos os relógios pro fundo da mochila. Tô com os Apple watch aqui.*” E Pedro respondeu: “*Sim e eu tô com os celular. Mas passou. Mexendo com o certo! Graças a Deus. Eu não podia começar do zero de novo.*”

Leio a abordagem como uma ação social reciprocamente referida, onde se evidencia o conflito entre legal e lícito, e se apresentam as ordens legítimas estão em conflito. Por um lado, quando os agentes entram no ônibus e iniciam a abordagem, o sentido reciprocamente referido esta calcado na legitimidade da ação do Estado que mobiliza o universo legal, que não é contestado. Por outro, a legitimidade da ordem divina, que é compartilhada e perpassa o universo do lícito (RIBEIRO, 2010, p.25), e esta em oposição a ação do Estado. E junto aos *grupos de estrada* conferem “segurança”.

Assim, quando os agentes deixam o ônibus, o sentido reciprocamente referido é balizado pela legitimidade da religião que os protegeu. O regime normativo do lícito se evidencia pelo discurso a *“coisa certa!”* - o celular um eletroeletrônico de comércio legal no Brasil. E necessariamente esta em oposição a *“coisa errada”*, como armas ou drogas ilícitas.

Os agentes entraram de volta no ônibus depois de observarem o bagageiro por cerca de dez minutos. *“Boa tarde, a Polícia Rodoviária Federal agradece a atenção de vocês, e deseja boa viagem”*. Mais alguns segundos, o ônibus liga novamente. Pedro pega seu celular e começa a gravar as viaturas na rodovia. Chico o repreende de imediato *“Não faz isso, não faz isso, rapaz”*, em seguida gravou uma série de áudios para os grupos da estrada frisando palavras específicas: *“Polícia Rodoviária, rodovia, Cascavel, sujo, sujo.”* Em seguida, comunicou a família que havia sido parado e que não teve as mercadorias apreendidas.

Os grupos seguiam indicando que estavam parando no Posto da Polícia Rodoviária de Cascavel. Assim que chegamos, vimos filas de ônibus estacionados. Houve uma breve tensão se seríamos parados novamente. Contudo, passamos sem complicações. Chico entregou o celular para Pedro neste momento e disse: *“Você que viu melhor como tava, fala aqui no grupo pro pessoal”*. Pedro gravou o áudio: *“Passamos aqui agora no posto de Cascavel. Tava pegando fogo! Pegando fogo! Graças a Deus passamos direto!”*.

A passagem pelo posto foi comemorada entre os passageiros. E em seguida, entre as famílias destes. Chico mandou áudio para sua companheira: *“Muito obrigado pelas rezas que você tá fazendo aí, passamos aqui em Cascavel agora, muita polícia, mas parece que Deus mandou um raio de luz, que eles nem viram o ônibus, e passamos direito, continua rezando aí por mim que a viagem ainda é longa”*. E a viagem seguiu.

Chico ao falar *“Não faz isso, não faz isso, rapaz”* sugere outro conflito imanente, agora entre regimes normativos que apresenta variações que pluralizam ações adequadas ou não neste contexto. A ação de gravar o vídeo pode gerar outra ação da polícia, que não é esperada naquele momento. Ao passo que compartilhar áudios nos *grupos de estrada* permite colaboração mútua sem possibilidade de intervenção da legitimidade do Estado.

Pedro recebeu mensagem de sua passageira, a quem ele havia entregado aparelhos quando saiu do ônibus na rodoviária de Cascavel (PR). Ela teve três

aparelhos iPhone 13 PRO (1069,00 \$) apreendidos. Ele pareceu desolado. Os aparelhos custaram aproximadamente 15 mil reais. Chico o consolou indicando que aquele valor era baixo, poderia ser mais. Ele não respondeu.

Passamos por apenas mais quatro grandes postos de Polícia em Ubatã (PR), Campo Mourão (PR), Maringá (PR), Londrina (PR), mas todos estavam “limpos”. Eu praticamente não dormi durante as 17 horas de viagem. O dia escureceu, e outro clareou dentro muito, muito lentamente. Quando entramos em São Paulo, capital, já era passado das 6 horas da manhã, e o previsto no bilhete era as 04h40. Chegamos na Rodoviária da Barra Funda 07h10 da manhã.

Os dois *passageiros* esperavam sentados com suas mochilas no local de desembarque da rodoviária da Barra Funda. Assim que nos aproximamos, todos sorriram. Chico parou em frente ao banco que eles estavam sentados e disse para irem para o Brás, que seria a última parada em seu itinerário de volta para Foz do Iguaçu, com ônibus de excursão com horário de saída do Brás as 11 horas da manhã. Que faria as entregas e em seguida, iria para lá também

Felipe Rangel (2019) dá pistas sobre a disposição dos circuitos de compras de interesse desta pesquisa:

A Rua 25 de Março e seu entorno aparece como a mais diversificada delas. Ali se pode encontrar muitas opções de bijuterias, artigos para festa, aviamentos, decoração, produtos para casa, brinquedos, acessórios de vestuário, roupas, enfim, uma variedade indescritível de mercadorias. A Santa Efigênia é famosa pelo comércio de produtos eletrônicos, como videogames, computadores, celulares e uma infinidade de acessórios e componentes (Ibid, p.49).

Nos encaminhamos para a Estação República em meio a um misto de sentimentos. A ansiedade de conhecer os centros comerciais através do mercado de celulares e o cansaço da viagem. Me lembrei da Rosana Pinheiro-Machado que “[...] voltava do Paraguai sempre com a sensação de que tinha passado um ano fora de casa” (2004, p.31). Contudo, pensava assim já na chegada. Chico parecia inteiro, e já pensava na volta, enquanto eu mal assimilava a chegada ao destino.

3.5 ENCOMENDA CHEGANDO

Sáimos do ônibus na Rodoviária da Barra Funda, e caminhamos para a estação de metrô de mesmo nome. Compramos o bilhete. Passamos a catraca

movimentada e pegamos o metrô sentido Corinthians – Itaquera, e paramos na Estação República. Quando saímos a catraca a fora, observei uma mulher, com uma bíblia na mão, e algo como água benta na outra, jogando a água por onde ela passava. Próximo ao movimento maior de pessoas, ela começou a pregar.

Existem diversas possibilidades de desfecho aqui. A maior parte pelo que conheci do circuito é de que a relação entre lojistas e *freteiros* se dê de maneira distanciada e em alguma medida confidencial. Os primeiros evitam que se saiba o local da loja, e os segundos tentam preservar suas identidades. Essas relações vão se alterando com o tempo e a confiança estabelecida. É possível extrapolar dois tipos em extremos opostos: 1) as escondidas: onde o lojista encaminha um carro de aplicativo para receber a entrega e efetua o pagamento online, e a interação se efetua de modo a preservar ambas as identidades, e a relação é estritamente de mercado; 2) as claras: onde o *freteiro* realiza a entrega em mãos para o lojista em local determinado, o lojista conhece o circuito do *freteiro* e este a loja do primeiro, a relação se dá de maneira mais complexa. Aqui nos aproximaremos do segundo tipo.

Caminhamos cerca de 10 minutos até a Rua Santa Efigênia. Estava calor novamente, mais de 30º facilmente. Chico chamou minha atenção para ter cuidado ali, que as pessoas eram “tomadas”, “perdiam” celular, carteira. Havia movimento de pessoas na rua, uma delas remexendo em uma lixeira me chamou atenção, em seguida, os cheiros, principalmente de esgoto. Os prédios altos e antigos compõem uma paisagem difícil de digerir. A essa altura, a viagem já tinha horas demais para assimilar tudo aquilo.

A vida mental proporcionada pela metrópole (Simmel, 2005, p.577-578) é particularmente caótica depois de ficar apertado dentro de um ônibus por muitas horas, com interações relevantes e ao mesmo tempo desgastantes pela continuidade extremamente longa. E nas ruas, novas interações. Nossa caminhada pela Santa Efigênia foi marcada por uma série de “informantes”, em grande maioria homens, um em seguida do outro: “*Fala o que você quer que eu te leve na fonte, na fonte*”. A referência de encontrar a fonte depois de sair da Foz (do Iguaçu) me divertiu.

Entramos em uma das várias galerias na rua. Chico indicou que “na Santa” o maior número de lojas voltadas para celular é de assistência técnica. Contudo, onde fomos se trata de um box de venda. Nele estava Hércules, homem de pouco mais de 40 anos, e Morgana, vendedora de 20 anos, ambos brasileiros. Chico cumprimentou ambos assim que chegamos, e se encaminhou para uma parte pouco movimentada

da Galeria, onde tirou sua mochila das costas, e entregou os aparelhos. Hércules agradeceu de partida por ter conseguido trazer a encomenda de última hora, e pediu a “nota”. Chico a entregou. Hércules paga 12% sobre o valor da nota para Chico, na cotação do dólar do dia da compra, que estava 5,25 reais. Hércules indicou um freteiro que vinha trazendo a 6%. Pegou o celular e mostrou um áudio. Chico respondeu: “*Cé é louco, quatro por cento eu não faço viagem não, ainda mais com o meu dinheiro*”.

A literatura indica que o valor da porcentagem dos fretes vem se alterando. Segundo interlocutor de Eric Cardin (2011, p.62), os fretes variavam entre 20 e 30% do valor do produto transportado duas décadas atrás. Através da diminuição de porcentagem constada empiricamente é possível indicar dois elementos: 1) o conflito entre regimes normativos que estabelecem práticas que regulam porcentagens adequadas ou não, em um universo de autorregulação; 2) a variação de porcentagens a depender do valor econômico das mercadorias.

Chico entregou 18 aparelhos com a porcentagem combinada. Foram 18 volumes, que depois de desembalados se mostraram: 13x RNote (183,00 \$), 2x Redmi Note 10s (187,00 \$), 2x RNote PRO (223,75 \$) 1x Poco X4 PRO (258,70 \$). Um total de 18.160,80 reais. Ele lucrou 2.179,45 com esta entrega. Os últimos 30 aparelhos também seriam entregues a 12%, e o lucro previsto 3.746,64. Assim, com as despesas com laranja, perueiro, guarda volumes, passageiros e passagens de ida e volta para os três, seu lucro foi de aproximadamente 3.600,00 reais. Se ele viajar 8 vezes por mês nestes moldes o rendimento pode passar de 25.000,00 reais. Esta renda permite a sobrevivência com algum conforto, e certa acumulação para lidar com casos de apreensão e manutenção na atividade.

Chico se despediu, e foi em direção a 25 de março, onde entregaria o restante dos aparelhos em boxes. Segundo ele, estes shoppings são “fonte”, onde se concentram o maior número de boxes de revenda para o atacado. Cheguei a ouvir que a possibilidade de estabelecer contato para venda em lojas na Galeria Pagé e Shopping Oriente são “a chance” de ganhar dinheiro, onde efetivamente estão os grandes lojistas. Contudo, é um mercado marcado pela presença de migrantes árabes que não consegui acessar. Carlos Freire da Silva (2014, p.138 - 141) indica que se trata de migrantes libaneses, de dois processos migratórios recentes, um do fim do século XX, outro do começo do XXI. Estes atores atuam no mercado de eletroeletrônicos na 25 de março, inclusive nas galerias que “[...] podem representar uma primeira forma de inserção na dinâmica da cidade, muito embora sua presença

nos boxes não seja muito numerosa” (Ibid, p.140). Assim, o fim da jornada do RNote será na Santa Efigênia.

3.6 VAREJO, ATACADO OU “DROPSHIPPING”?

Hércules abriu a loja em um box na Santa Efigênia em 2019²². Eles ocupam quatro boxes juntos em uma galeria. Ele paga 10.200,00 reais de aluguel nos boxes. A loja conta com mais cinco funcionários além de Morgana, que se dividem entre venda no varejo, atacado, controle de estoque e despacho dos aparelhos. Os salários variam. A loja mantém celulares a pronta entrega, apesar de não manter um largo estoque. Se a loja realiza uma venda de maior quantidade é feito o pedido para os freteiros de imediato. Contudo, nos termos de Hércules “*Às vezes a importação tem problema, quando apreendem os celulares na estrada*”, nesse caso, ele diminui a margem de lucro e compra os aparelhos na 25 de março.

O RNote foi comprado por 1.076,04 reais. Ao entrar na loja, o aparelho assumiu o valor de 1.350,00²³ reais no varejo, e 1.175,00 reais no atacado a partir de sete “peças”. Há outra modalidade de venda na loja, o *dropshipping* que consiste no seguinte processo: clientes/vendedores têm acesso ao estoque da loja em tempo real e trabalham como revendedores, cobrando a margem de lucro que acharem adequado, em qualquer lugar do país.

Ao fazer a venda os clientes/vendedores comunicam a loja, e a loja envia o aparelho diretamente para o comprador. O cliente/vendedor recebe a margem de lucro sob o preço do atacado. Esta modalidade opera por assinatura que é anual e tem o custo de 150 reais. Os aparelhos podem ser entregues em qualquer modalidade de venda através dos correios, transportadora, e motoboy na grande São Paulo.

Dentre todas estas modalidades, a loja vende aproximadamente 800 aparelhos por mês. Contudo, existem picos de vendas em datas comemorativas como Dia das mães, Dia dos namorados, Natal, fazendo com que a média mensal seja díspar. Isso impacta os volumes de “importação” necessários, com mais ou menos *freteiros* e possíveis alterações nos meios de frete, de carro, van. Se calcularmos com base na margem de lucro do nosso aparelho no atacado que é de aproximadamente 100,00

²² Em julho de 2023, ele afirmou ter vendido mais de 60.000 celulares durante o período de 2019 – 2023.

²³ Em junho de 2022, o aparelho variou de preço na loja online da Amazon entre 1.139,00 e 1.279,00 reais. A média de preços foi de 1.227,54.

reais, a loja lucra em média 80.000,00 reais em vendas. Assim, Hércules realiza certa acumulação nesta cadeia de valores. Morgana, especificamente, vende em torno de 60 aparelhos. Ela recebe salário fixo de 2.200,00 reais, e comissão de 5 reais por aparelho vendido, assim seu salário é próximo de 2.800 reais. Ela mora com sua irmã mais velha em um apartamento no bairro da liberdade em São Paulo. Ambas juntam seus rendimentos para conseguir sobreviver.

O pedido dos oito aparelhos foi de uma venda realizada por Morgana. Ela embalou os aparelhos em duas pequenas caixas para enviar via transportadora para o estado da Bahia. Com a venda, ela teve um acréscimo de 40 reais no salário. Os aparelhos voltaram para a estrada após embalados, passando por nova metamorfose de “status”.

Ou seja, nesta jornada o aparelho transitou pela situação mercantil enquanto mercadoria nova em três momentos: na venda em Ciudad del Este, em São Paulo e no mercado de destino. Assim, sua biografia é marcada pela manutenção deste “status”, e seu valor costura os intervalos entre situação de mercantil, permitindo a lucratividade para diferentes atores por onde ele passa, e fazendo com que a chegada ao cliente final se aproxime do valor praticado no mercado nacional, bem como da jornada artesanal apresentada no primeiro capítulo.

4 O PANO DE FUNDO DA BIOGRAFIA – DISPUTAS ENTRE MERCADOS HOMOLOGADOS E NÃO HOMOLOGADOS

A biografia apresentada nas primeiras seções é construída no interior de relações de força muito específicas. Neste capítulo, conheceremos discursos e práticas que mediam a legitimidade dos regimes normativos vinculados ao legal, e produz contornos específicos para o regime normativo do lícito, tensionando as práticas para o universo do ilícito. Acompanhei este movimento das seguintes formas:

1) Dados produzidos pelo International Data Corporation (IDC)²⁴.

2) Revista da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) que representa os fabricantes de celulares no Brasil.

3) Configurações de disposições legais.

4) Dados de mídias estabelecidas no Brasil e Paraguai.

O argumento deste capítulo é que a globalização popular e as práticas lícitas mobilizadas pela circulação de celulares perpassam uma série de relações força de cada lado da fronteira. No Paraguai: Fabricantes internacionais de celulares X Comerciantes locais e empresas de exportação altamente globalizadas; 2) No Brasil: Fabricantes nacionais e redes varejistas X mercado de aparelhos não homologados. E a ANATEL que realiza a mediação destes universos. Estes conflitos mobilizam biografias para os aparelhos marcadas pela especificidade do lugar, e por isso são fundamentais para o entendimento deste mercado.

Para facilitar a compreensão organizamos a discussão em duas linhas do tempo:

- A primeira, de 2009 - 2016, compreende o período de circulação dos aparelhos tradicionais tidos como “piratas” - regido por importação simplificada pelo Paraguai; enquanto no Brasil eles aparecem como problema de descarte ambiental, perpassam um volume expressivo de apreensões, têm pouco apelo midiático, e ainda, existe as campanhas de combate ao contrabando que taxam o aparelho pela falta de qualidade.
- A segunda, de 2017 em diante, compreende o aumento da circulação de smartphones de alto valor. O Paraguai altera a legislação de homologação de

²⁴Dados fornecidos pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

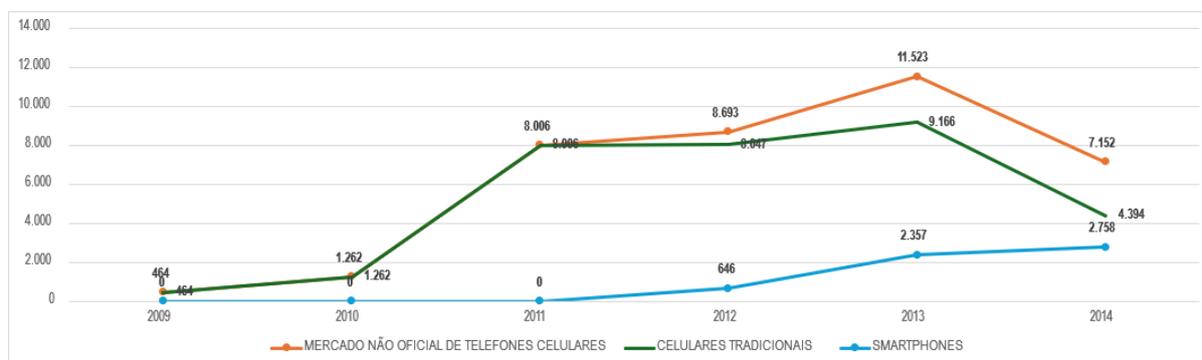
aparelhos, de forma a complexificar o processo de importação, mas o movimento é barrado por pressão dos lojistas situados na fronteira entre os países, principalmente Ciudad del Este; no Brasil as apreensões de aparelhos caem para 1/4 do ápice do período anterior, e mantêm certa regularidade, contudo, devido ao alto valor dos aparelhos se alteram as cifras do mercado. Por último, observamos a atuação ativa da ABINEE. Primeiro, indicando os aparelhos como irregulares, e com o passar do tempo os apresentando como ilegais, com dados espetaculosos apresentados pela mídia.

Por último, durante o capítulo operam uma série de caracterizações específicas para os aparelhos a dependerem dos interesses em jogo. Por este motivo, padronizo as tipificações em aparelhos “homologados/não homologados” porque entendo que esta seja a diferença fundamental entre os mercados. Cabe a ressalva de que a homologação é trabalhada de maneiras distintas de lado a lado da fronteira.

4.1 PRIMEIRO ATO: 2009 – 2014

Neste primeiro momento, os dados do IDC, apresentados no gráfico a seguir, indicam um período de alta do mercado ligado a celulares tradicionais, corroborando com o argumento de que se trata de celulares baratos e com sistemas operacionais replicáveis.

Gráfico 4: Dados do IDC em mil de unidades - Mercado não oficial de celulares no Brasil (2009 – 2014)



Fonte: Dados fornecidos pela ABINEE e organizados pelo autor.

O ápice deste mercado se cruza com o de apreensões: 2011 (214.908), 2012 (183.960) e 2013 (183.915). De toda forma, o volume de apreensões é baixo e fica

próximo de 2%. Ainda, este panorama geral permite observar a queda brusca do mercado de celulares tradicionais, e o avanço progressivo do mercado de aparelhos smartphones.

4.1.1 O lado paraguaio da fronteira

A importação de celulares para o Paraguai perpassa um processo de homologação regulado pela “*Comisión Nacional de Telecomunicaciones*” (CONATEL), e uma legislação específica para telecomunicações. Contudo, nas disposições gerais de homologação estabelecidas em 2009, especificamente no artigo 2º, inciso 2, esta estabelecido que: *Os equipamentos e dispositivos de telecomunicações de origem estrangeira em trânsito ou de utilização temporária no território do país estarão isentos de homologação. Porém, o uso nestas condições deverá contar com autorização prévia da CONATEL.*

Este inciso rege a importação e venda de celulares por Ciudad del Este²⁵. Isto ocorre porque existe a compreensão de que os aparelhos passarão de forma temporária pelo território paraguaio. Em outras palavras os aparelhos importados na cidade fronteiriça estão voltados para o mercado externo, principalmente para o Brasil, como veremos a seguir. Esta proposta é estabelecida de partida pelo Paraguai, antes mesmo dos aparelhos assumirem o valor mercantil e social atuais.

Os aparelhos são importados seguindo a lei 523/95 de “*Régimen de Zonas Francas*” que estabelece: *Las zonas francas son áreas geográficas delimitadas en las que impera un régimen aduanero distinto al del resto del territorio de un país (territorio*

²⁵Houve alteração nesta legislação em 2017, indicando que todos os aparelhos importados deveriam passar pelo processo de homologação. Contudo, seguidos processos de adiamento foram estabelecidos, até a proposta ser revogada em 2023. É possível acompanhar a discussão através das seguintes matérias.

04 de junho de 2017. Registro para importar celulares pone en alerta a los comerciantes. Link: < <https://www.ultimahora.com/registro-importar-celulares-pone-alerta-los-comerciantes-n1089392>>

04 de maio de 2019. Preocupa a importadores la traba para ingresar celulares. Link: < <https://www.ultimahora.com/preocupa-importadores-la-traba-ingresar-celulares-n2820998> >

06 de abril de 2022. Se aplaza homologación de celulares a pedido de importadores de CDE <https://www.laclave.com.py/2022/04/06/se-aplaza-homologacion-de-celulares-a-pedido-de-importadores-de-cde/>

13 de fevereiro de 2023. Paraguay | Homologación de celulares deja de ser requisito para comercio fronterizo. <https://dplnews.com/paraguay-homologacion-de-celulares-deja-de-ser-requisito-para-comercio-fronterizo/>

aduanero). Por lo general, las zonas francas gozan de ciertos beneficios tributarios, como el no pago de impuestos a la importación. Los principales objetivos de las zonas francas en el Paraguay son desarrollar centros de negocios, evitar el contrabando y la piratería, y aumentar la competitividad de las exportaciones.

Assim, este lugar opera por ordens legítimas distintas das do restante do país, em mais de um sentido, o que se aproxima muito do que foi indicado por Fernando Rabossi e Nico Tassi (2023).

Lo que esto implica es que estos espacios emergentes se vayan desarticulando del contexto local y de los mercados nacionales para funcionalizarse a los formatos y necesidades de las cadenas globales. En el caso de las zonas francas, por ejemplo, asistimos al desarrollo de un marco de operación y normativo específico que regula las transacciones económicas en estos espacios y que perfila una especie de estado de excepción en relación a las leyes nacionales y a los derechos y deberes de los ciudadanos (Tassi, Rabossi, 2023, p.53).

Extrapolando esta proposta, a biografia dos aparelhos também circula em regime de exceção. São aparelhos comprados e com baixo custo, e se inserem no mercado rapidamente devido à ausência de necessidade de homologação pela CONATEL, porque não precisam passar por nenhum outro procedimento burocrático além da importação em si. Em seguida, acessam outro mercado, regido por outras ordens legítimas.

4.1.2 O lado brasileiro da fronteira

O sentido do celular ser “legal” no Brasil perpassa a própria criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) a partir da Lei nº9.472/1997, que estabelece a partir do Art.19, inciso XIII que fica a cargo da ANATEL: *Expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e normas por ela estabelecidos.* Ou seja, só podem circular no país aparelhos que estejam certificados pela Agência. Duas técnicas burocráticas se tornam fundamentais, a certificação e a homologação. Entrevistei Paulo Aurélio Pereira da Silva, gerente na representação da Anatel no Estado de Goiás, que indicou a operacionalização destes processos da seguinte forma:

A certificação é o seguinte: Chega um celular, a indústria fala, eu quero homologar esse celular aqui no país, aí ele pega uma amostra desse produto,

e encaminha para um laboratório no país, existe uma entidade que a ANATEL chama OCD (Organismo de certificador designado), e esse terceiro que é o OCD, ele pega os requisitos que a agência determina e encaminha para o laboratório, para que o laboratório possa fazer os testes, quando o laboratório faz os testes e esta ok, ele produz um documento, um relatório de conformidade, o laboratório encaminha para o OCD, então estando ok, o aparelho estaria certificado. E aí, o OCD, que é esse terceiro organismo, ele encaminha para a Agência Nacional de Telecomunicações para que possa homologar o produto, ou seja, esta ok a certificação ou não. [...] E aí a ANATEL homologa [...] quando lá a amostra é homologada, sai um número, a indústria, ela já na parte de produção, ela cola esse número, então até pra evitar a falsificação, outras coisas, eles têm gravado o código de homologação no próprio produto, internamente, ou debaixo da bateria, mas esse número, ele é obrigado a tá na caixinha e no manual do produto. (Entrevista realizada em conjunto com Adriana Dorfman, em 08 de maio de 2023).

Entre 2009 (47.059.000 unidades vendidas) e 2014 (70.302.000 unidades vendidas) o mercado brasileiro de celulares homologados esteve em constante expansão. Inclusive, o ano de 2014 foi o de maior volume de vendas de toda a série histórica. É também o segundo ano em que os smartphones estão controlando o mercado de celulares, e o ano que mais vendeu smartphones (54.551.000 milhões de unidades).

No entanto, dados do IDC e de apreensão da Receita Federal indicam que este primeiro período é marcado pela inserção de um volume expressivo de aparelhos não homologados no mercado nacional. Aparelhos baratos, muitos deles sem marca estabelecida. Celulares “piratas”, com TV, antena que acessa, principalmente, mercados populares durante o momento de popularização dos aparelhos.

Estes celulares aparecem na Revista da ABINEE especificamente como problema ambiental entre 2009 e 2014. Das 29 edições publicadas no período, 14 tratam deste tema de maneira geral. É utilizada de forma recorrente a imagem desses produtos como “órfãos” para tratar do descarte dos aparelhos “ilegais” de maneira geral:

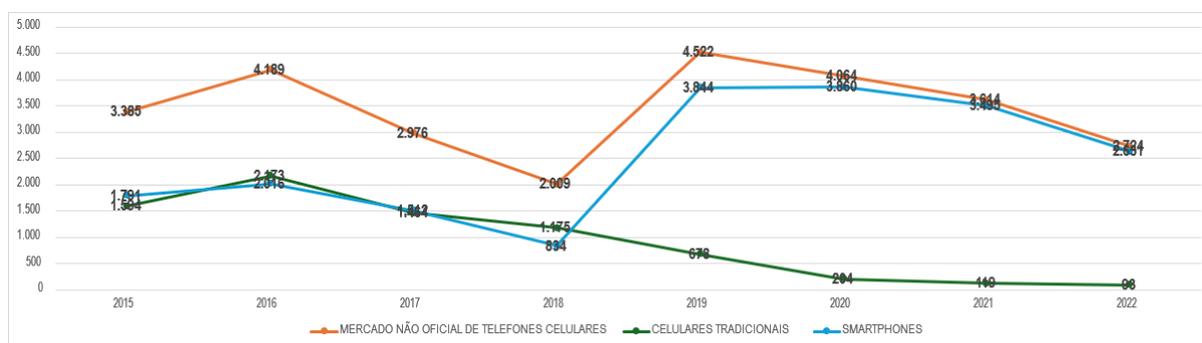
[...] outro tema muito sensível ao setor eletroeletrônico diz respeito aos produtos ilegais, que são comercializados via mercado cinza ou contrabando. “Será que o consumidor não sabe o que esta fazendo quando adquire um produto desse? Se sabe como responsabilizá-lo?” questiona André Saraiva. São os “produtos órfãos”, cujos ‘pais’ jamais aparecem à luz do dia para assumir a paternidade. “Não faz sentido atribuir à indústria instalada no país a responsabilidade em promover a logística reversa de produtos ilegais”, reage Saraiva, diretor da Abinee. “Tais produtos nem deveriam estar no mercado. Cabe ao Estado dar-lhes a destinação mais adequada, sem qualquer ônus às indústrias” (Revista Abinee, nº58, 2010, p.19).

No ano de 2014, ANATEL e ABINEE realizaram um encontro onde foi debatido a criação de um selo verde no processo de homologação dos aparelhos para distinção dos produtos e a destinação de descarte. Gustavo Lins Ribeiro indica que “[...] as relações entre o legal e o ilegal são multifacetadas e complexas, envolvendo interesses normativos, políticos e morais diversos” (2010, p. 25). Nesta chave que compreendo este primeiro momento porque esta em jogo uma visão ambígua das indústrias, dado que não há juízo de valor na inserção de aparelhos não homologados no país e sim na destinação.

4.2 SEGUNDO ATO: 2015 a 2022

Neste segundo ato, a configuração do mercado se altera. Enquanto os celulares tradicionais seguem uma tendência de queda, como demonstra o gráfico 6, os smartphones flutuam e assumem o maior volume de vendas.

Gráfico 5: Dados do IDC em mil de unidades - Mercado não oficial de celulares no Brasil (2015 – 2022)



Fonte: Dados fornecidos pela ABINEE e organizados pelo autor.

O ano de 2015 é marcado por ser o primeiro em que os smartphones assumem o maior volume de vendas dos aparelhos não homologados. Contudo, os dados oscilam até voltar a subir em 2019. Penso que, neste momento, mesmo circulando menor quantidade de aparelhos, o volume de dinheiro do mercado tende a aumentar devido às características dos smartphones, originais, mais caros e de melhor qualidade. Ou seja, há uma inflexão em um mercado que precisa se reorganizar para continuar em funcionamento.

4.2.1 De volta para o Paraguai: 2015 a 2022

A homologação de celulares passou a ser questionadas no Paraguai neste período. Em fevereiro de 2017, Horacio Cartes, então presidente do Paraguai, publicou o decreto 6.832 que previu a criação de um registro para a importação de eletrônicos de uma maneira geral, e a resolução 410 de abril estabeleceu a homologação dos aparelhos como requisito de entrada.

O jornal paraguaio “Última Hora” apresenta a questão nos seguintes termos:

Es decir, de ahora en adelante solo los importadores registrados podrán ingresar los celulares a Paraguay, los cuales deben estar homologados para funcionar exclusivamente en nuestro país y la región. Los teléfonos no homologados (genéricos) ya no se podrán traer y serán retenidos por la Dirección Nacional de Aduanas.

Teresita Palacios, presidente de la entidad reguladora, señaló que Paraguay era uno de los pocos países que no tenía este procedimiento y nuestro mercado era demasiado libre. Si los importadores van a volver a reexportar los artefactos es otra historia, los modelos que ingresen al país tienen que estar homologados, recalcó.

“Por ley nosotros tenemos que hacer la homologación de todos los equipos de telecomunicaciones. Los fabricantes de celulares están preocupados, Samsung homologa todos sus equipos en la Conatel, pero otros importadores traen aparatos que no son para la región y no cumplen con las diversas exigencias. El usuario final se perjudica. Todos los importadores tienen que traer celulares homologados, nosotros nomás permitíamos ingresar cualquiera, por eso es que Brasil nos tachaba de venderles todo lo que había y es probable, los importadores traen más bien para venderle al Brasil”, comentó (Última hora, Edição Online, 04/07/2017).

A estratégia discursiva apresenta os fabricantes e os consumidores brasileiros como sujeitos lesados com a regulação vigente, os primeiros porque cumpriam exigências de homologação em oposição à compradores desregulados, e os segundos porque compravam produtos de baixa qualidade. Contudo, os lojistas de Ciudad del Este conseguiram uma prorrogação de 90 dias para passar a vigorar a lei. Em seguida, conseguiram nova prorrogação até setembro de 2019. Faltando quatro meses para vencer a segunda prorrogação o jornal Última Hora voltou a apresentar a questão:

El próximo 21 de setiembre vence el plazo otorgado por el Ministerio de Industria y Comercio (MIC) para la importación de los teléfonos celulares y placas madre que no estén homologados (configurados) para el mercado paraguayo. A través de la resolución 900, de fecha 20 de setiembre de 2018, el MIC prorrogó por segunda vez la entrada en vigencia de esta disposición. La resolución 410, del 10 de abril de 2017, había establecido la homologación

al reglamentar el Decreto 6832 que fijó la licencia previa para los importadores de estos equipos.

Tony Santamaría, presidente de la Fedecámaras de Ciudad del Este y de la Cámara de Importadores de Electrónica y Electrodomésticos del Paraguay (CIEEP), manifestó que preocupa sobremanera la llegada del plazo estipulado, sobre todo considerando el momento de menor dinamismo comercial, hecho que terminará impactando en la economía. Señaló que ya se había solicitado al MIC no solo la prórroga, sino que se excluya del proceso de homologación a aquellos teléfonos celulares que se venden a los turistas, puesto que no todos los artefactos importados se terminan comercializando a los consumidores paraguayos.

“Aplicar una norma de homologar los celulares como si fueran equipos terminales para Paraguay no tiene mucho sentido, porque estos celulares en su gran mayoría son vendidos a los turistas de compra. Muchos de esos celulares ya están homologados para Anatel de Brasil. Brasil exige la homologación y muchos de los fabricantes ya envían los celulares con el protocolo de homologación de Anatel” dijo (Última hora, Edição Online, 22/05/2019).

Os atores do comércio de celulares de Ciudad del Este reivindicavam a legitimidade da homologação de aparelhos pela ANATEL, para os mesmos modelos importados e vendidos no comércio de fronteira. Ainda, o sujeito comprador por excelência é o turista de compras. Ou seja, o turista-turista apresentado por Fernando Rabossi (2004) na década de 1980, que viaja com o objetivo de realizar compras para consumo próprio. Os lojistas conseguiram novas prorrogações²⁶ até que a homologação voltou a deixar de ser requisito para o comércio fronteiriço em 2023²⁷.

Os lojistas fizeram valer sua vontade neste contexto. O que indica certo conflito entre os primeiros, e os representantes locais dos fabricantes. Ambos atuam a partir de sentidos distintos. Conversei com um interlocutor que atua em uma empresa de importação de Ciudad del Este, e indicou algo que joga luz a este conflito:

O trabalho de importação na verdade é muito sobre ter contatos mundo afora, seja nos Estados Unidos ou na China, para compra de Apple e Xiaomi respectivamente, pois os fornecedores não são as próprias empresas e sim terceiros que realizam compras e se encarregam das partes burocráticas para exportar do país de origem até o Paraguai. (Interação estabelecida com importador de Ciudad del Este através do aplicativo de mensagem Whatsapp).

Ou seja, a importação não é realizada via indústria, desta forma, intermediários podem vender aparelhos com certificação de qualquer lugar. Este interlocutor que atua na importadora indicou que a importação mínima com intermediários tem de ser

²⁶ <https://www.laclave.com.py/2022/04/06/se-aplaza-homologacion-de-celulares-a-pedido-de-importadores-de-cde/>

²⁷ <https://dplnews.com/paraguay-homologacion-de-celulares-deja-de-ser-requisito-para-comercio-fronterizo/>

de 100.000,00 dólares, porque estes fornecedores negociam apenas com “clientes maiores”. Porém, um lojista indicou que importa cerca de 250.000 aparelhos por ano. Assim fica sugestivo um valor de importação muitíssimo maior. Ele apresentou de maneira bastante convincente que recebe convite para conhecer as fábricas dos aparelhos, vi através de suas redes sociais que esteve um longo período na China.

Gustavo Lins Ribeiro (2010, p.27), Nico Tassi e Fernando Rabossi (2023, p.66 - 67) chamam para o caráter simbólico de superlogomarcas que produz um efeito sobre valor comercial das mercadorias. A representação da Samsung no Paraguai reivindica sua legitimidade simbólica através dos procedimentos de homologação que sugerem conformidade com a legislação nacional. Contudo, este caráter simbólico fica ameaçado na medida em que a importação pode ocorrer de maneiras variadas, e ingressar no mercado paraguaio os mesmos aparelhos por um preço mais baixo.

Desta forma é possível sugerir escalas de importação que indicam relações diferenciadas. Tassi e Rabossi (2023, p.47- 56) apresentam que a logística de conglomerados visando países emergente vêm atuando no sentido de “[...] reconfigurar y reglamentar territorios y espacios nacionales funcionalizándolos a las nuevas necesidades de la logística de las cadenas globales” (Tassi, Rabossi, 2023, p.53). As configurações destes mercados permitem novos caminhos de investigação a serem trilhados.

4.2.2 De volta para o Brasil: 2015 A 2022

Se o ano de 2014 (70.302.000 unidades vendidas) marcou a maior volume de vendas do mercado de celulares homologados, 2015 (51.094.000 unidades vendidas) marcou a maior retração percentual deste mercado 27,32%. Todo o período é marcado por uma tendência de queda até 2022 (39.882.000 unidades vendidas). Esta época coincide com uma mudança de práticas e discursos a respeito do tema dos celulares não homologados.

Durante este período, estes celulares passam a ser apresentados como “piratas”, irregulares, ilegais, falsificados, contrabandeados pela ABINEE. Foram publicadas 29 edições da Revista Abinee, das quais dez apresentavam os celulares desta forma. A primeira publicação que trata do tema é marcante e se deve a uma campanha da ABINE:

ABINEE PROMOVE CAMPANHA “CELULAR PIRATA NÃO”.

Com o objetivo de combater o mercado ilegal de celulares, a Abinee lançou em setembro uma campanha publicitária nacional contra a venda de aparelhos falsificados no País. A campanha, composta de anúncios de rádio, televisão, mídia exterior e mídias sociais, adverte, por meio de uma abordagem divertida, sobre os riscos de se adquirir aparelhos não homologados. Foram realizadas também três ações de merchandising na TV aberta, com os apresentadores Rodrigo Faro e, Ana Hickmann.

Assinada pela agência Ogilvy, a campanha "Celular Pirata Não" compara o celular ilegal a um pepino ou a um abacaxi, por meio do slogan "Nem todo celular que você vê por aí é o celular que você gostaria de ter".

Com um tom jocoso, as propagandas mostram um vendedor apresentando a um possível cliente o Pepino Phone ou o Abacaxi Phone que, entre outras funcionalidades, "já vem com vírus embutido", "põe em risco seus dados e senha" e conta com "baixa qualidade de componentes".

No âmbito educativo, o site <http://www.celularpiratanao.com.br/> traz uma série de advertências que visam a alertar o consumidor para os riscos da compra de aparelhos não homologados. Entre as recomendações estão adquirir produtos em lojas confiáveis e verificar a homologação do aparelho na Anatel (Revista ABINEE, nº88, 2016, p.40).

A globalização popular vem sendo apresentada como centro gravitacional de mercadorias pirateadas, que seriam cópias ou falsificações de mercadorias originais (Ribeiro, p.27-28, 2010; Tassi, Rabossi, p.65 - 69, 2023). Contudo, esta compreensão de pirataria se complexifica com o caso dos celulares porque apesar de reivindicar o mesmo sentido, se localiza temporalmente na passagem do mercado de celulares tradicionais para smartphones. Ou seja, na queda do que pode ser chamado de “pirata” e crescimento de aparelhos originais de maior valor agregado e que efetivamente compete com varejistas nacionais.

Esta campanha chegou a ser premiada nos eventos de “profissionais do ano” de 2016 e 2017, como melhor anúncio veiculado na Rede Globo de televisão, a maior emissora de TV do Brasil. É o marco do início da investida contra este mercado de aparelhos. Contudo, chama atenção que estão tratando os aparelhos como “piratas”, e ruins de maneira geral; no ano seguinte aos smartphones assumirem controle do mercado não oficial.

Na edição nº90, de maio de 2017, a revista indica um encontro entre ANATEL e ABINEE no qual é tratado o tema do “combate ao mercado ilegal de celulares”. Nesta edição, eles mobilizam discursos e práticas que viabilizam a regulação do mercado:

Segundo recente pesquisa do Ibope, o celular é o quarto produto mais pirateado no país. A Abinee, representando as indústrias de dispositivos móveis de telecomunicações, tem promovido ações para conscientização a respeito dos prejuízos decorrentes da utilização de aparelhos não

homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). [...] Por esta razão, a Abinee, que desde o início apoiou o projeto SIGA – Sistema Integrado de Gestão de Aparelhos, criado pela Anatel para coibir o mercado ilegal de celulares, defende que as próximas etapas do projeto SIGA sejam realizadas, com a adoção de medidas efetivas por parte da Anatel e operadoras, no sentido de bloquear aparelhos piratas e aqueles objetos de roubos, o que irá inibir a comercialização e circulação de aparelhos ilegais (Revista ABINEE, nº90, 2017, p.48).

Observo a mobilização de um discurso através da produção de números. Não localizei esta pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e não sei como ela foi elaborada, se são dados de opinião pública ou estatísticas com outras fontes. O fato é que são dados apresentados de forma a legitimar a regulação do mercado. Para isso, é necessário a operacionalização de práticas que são realizadas através do projeto SIGA que propunha o bloqueio de celulares “irregulares”.

Gustavo Lins Ribeiro (2010, p.23-24) tensiona este jogo legal/ilegal indicando que mesmo as corporações estabelecidas, neste caso, a ABINEE, representam as fabricantes de aparelhos, tensionaram e tensionam este par de oposição. Me chama atenção particularmente a concorrência com mercadorias “ilegais”, mas de um mesmo fabricante, ou seja, biografias muitíssimo distintas para aparelhos que em determinados momentos circularam pelas mesmas rotas. A “linha” que Ribeiro (2010) indica conectar mercados legais e ilegais esta borrada aqui pela dificuldade de atribuir sentidos distintos a uma mesma coisa, no caso, podendo até ser o mesmo celular.

Ou seja, é preciso justificar esta separação de sentidos. A proposta é apresentar como estes aparelhos são diferentes. A edição nº92, de dezembro de 2017, apresenta o bloqueio dos primeiros celulares como um problema de segurança dos consumidores.

BLOQUEIO CELULARES IRREGULARES A PARTIR DE MAIO DE 2018

Na avaliação da Abinee, a decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de iniciar o bloqueio de celulares irregulares, a partir de maio de 2018, é um passo importante para combater a informalidade e proporcionar maior segurança aos consumidores. O novo cronograma do Projeto SIGA (Celular Legal), foi aprovado em reunião do Conselho Diretor da agência, realizada no dia 23 de novembro, e anunciado em Brasília. Desde o início, a Abinee apoiou o projeto, defendendo que os aparelhos não homologados representam um problema global que deve ser enfrentado de forma responsável. “É uma questão de conformidade, de segurança do sistema, do consumidor e da sociedade em geral”, afirma o presidente da Abinee, Humberto Barbató. De acordo com a nota divulgada no site da Anatel, o bloqueio dos aparelhos será iniciado com um projeto piloto no

Distrito Federal e Goiás a partir de 22 de fevereiro de 2018 com o envio de mensagens aos usuários de aparelhos irregulares. E o bloqueio dos aparelhos irregulares, a partir de 9 de maio de 2018 (Revista ABINEE, nº92, 2017, p.39).

É realizada a mobilização discursiva de um nome visando a popularização da proposta que passa a ser chamada de “Celular Legal”. O nome sugere que existe o oposto, o “Celular Illegal”. Após a oficialização da proposta e início do bloqueio dos aparelhos, a ABINEE passa a estabelecer relação direta entre celulares não homologados e a “segurança pública”. A edição nº95, de agosto de 2018, apresenta o bloqueio de “celulares irregulares” como ponto nodal para a inutilização de aparelhos que acessam presídios:

Projeto celular legal: combate a aparelhos irregulares deve ser ampliado.

A Abinee apoia a antecipação do bloqueio de aparelhos irregulares do Projeto Celular Legal no Rio de Janeiro, aprovado pela ANATEL, que corrobora a importância da iniciativa. [...] O Gabinete [de intervenção Federal], que conhece a situação do Estado melhor do que fabricantes e operadoras, solicitou a antecipação porque viu mérito no Projeto, entendendo que o bloqueio terá efeito prático e direto, e contribuirá para elevar a segurança do Rio de Janeiro.

O projeto celular legal não trata de telefones roubados, mas de telefones irregulares, que não possuem IMEI válido pela ANATEL. Entre eles estão os microcelulares, adquiridos no mercado paralelo, com 6cm de comprimento, composto de 99% plástico, e que não são flagrados por detectores de metal. Desde 2015, a imprensa noticia a crescente invasão destes aparelhos nos presídios. São equipamentos que não acessam a internet, apenas fazem ligações e enviam SMS. Estes aparelhos se encaixam 100% no perfil dos celulares que são alvo dos bloqueios do projeto.

Embora a Anatel venha atuando para impedir a comercialização e a oferta destes aparelhos, semanalmente ingressam dezenas de microcelulares nos presídios. Só o bloqueio destes aparelhos já será uma grande contribuição para o reestabelecimento da paz no Estado [...] (Revista ABINEE, nº95, 2018, p.23).

É utilizado um caso absolutamente específico, a intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018, evento absolutamente televisionado e com apelo da população para estabelecer a diferenciação entre aparelhos não homologados e homologados. Após reivindicar a legitimidade do bloqueio de aparelhos que acessam os presídios, a edição é concluída com a seguinte proposta:

[...] A clonagem do IMEI, número de identificação do aparelho, que por obrigação regulatória vem impresso na caixa do produto, sendo visível a todos, não tem relação com a segurança dos equipamentos. Esta prática equivale à clonagem de CPF, do cartão de crédito, do chassi do carro. Trata-se da cópia de um número de identificação válido para uso irregular.

Portanto, é crime de falsidade ideológica, não um problema no processo de fabricação dos celulares.

A Abinee apoia e atua para que seja aprovado projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que criminaliza a adulteração do IMEI, assim como já acontece com a adulteração de documentos e de chassis de veículo.

O Projeto Celular Legal, em dois meses de operação, já bloqueou mais de 140 mil aparelhos irregulares no DF e em Goiás. Está em pleno funcionamento e com capacidade técnica e operacional para entrar em operação nos demais Estados do Brasil. Neste momento tão delicado no cenário de violência do Rio, seria um ato de solidariedade que se iniciasse imediatamente o bloqueio no Estado. Temos todas as condições para isso, basta parar de enxugar gelo (Revista ABINEE, nº95, 2018, p.23).

Cada aparelho possui um *International Mobile Equipment Identity* (IMEI) específico. Quais são os celulares que não possuem IMEI válido para a ANATEL? Todos aqueles que não passaram pelo processo de homologação pela agência. Porque a partir da homologação a indústria passa a produzir e colar o selo específico da agência reguladora, por isso os IMEI's dos celulares importados para o Brasil são rastreáveis. E os que estão em funcionamento nas linhas móveis e não possuem IMEI's validos estão irregulares. A proposta da ABINEE é de criminalizar de maneira geral estes aparelhos. Por último, apresenta o conflito com a ANATEL que tem condições de regular o mercado - continua a "enxugar gelo".

O que esta em jogo então é o que Ribeiro (2010) chama de "manipulação da legalidade" porque se conforma por

[...] diferentes atores interna e externamente ao Estado; a consideração das práticas ilegais não como um estigma, mas como um recurso utilizado por diferentes grupos em vários momentos, tendo em vista que a ilegalidade é uma instância ou posição de um campo social típico do Estado moderno (Ribeiro, 2010, p.24).

Este movimento de puxar os aparelhos não homologados para a esfera da ilegalidade se mantem nas últimas publicações da revista. Especificamente quatro edições apresentam diferentes dados que engrossam o coro da ilegalidade. Os dados são os seguintes:

1) Aproximadamente um bilhão de reais em evasão fiscal em 2019 (Revista ABINEE, nº100, 2019, p.38-39).

2) A cada dez aparelhos vendidos um é do mercado irregular (Revista ABINEE, nº1, 2020, p.7). Esta última indica a contribuição da ABINEE com o Conselho Nacional de Combate à pirataria e delitos de propriedade intelectual (CNCP) para a produção de um "Guia de boas práticas e orientações as plataformas de comércio eletrônico",

o qual a proposta visava estabelecer “[...] medidas repressivas e preventivas no combate à venda de produtos piratas, contrabandeados ou que violem a propriedade intelectual” (Revista ABINEE, nº1, 2020, p.7).

3) Em 2021, a revista apresentou que o mercado “não oficial” de celulares vendeu cerca de 4 milhões de aparelhos, assumindo 8% do mercado geral de celulares no Brasil (REVISTA ABINEE, nº8, 2021, p.44-45).

4) Por último, a questão é apresentada da seguinte forma:

Mercado cinza. Um jogo que todos perdem.

Brasil perde em evasão fiscal cerca de R\$ 4 bilhões por ano devido à comercialização de smartphones contrabandeados ou sem homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), segundo dados do Fórum Nacional de Combate à Pirataria. O chamado mercado cinza corresponde hoje a aproximadamente 10% do total do mercado de aparelhos celulares, trazendo prejuízos para a indústria instalada no País, para os consumidores e para a sociedade de forma geral.

Hoje, a maior porta de entrada desses produtos irregulares é por meio de venda via marketplaces e outra parcela, menor, é comercializada por e-commerce estrangeiro. No primeiro caso, os aparelhos entram no País de forma irregular via Paraguai. Os produtos que chegam ao Brasil muitas vezes são versões de modelos existentes no País, entretanto, essas variantes possuem características distintas e voltadas para outros mercados, não seguindo os critérios e requisitos exigidos pelos fabricados localmente (Revista ABINEE, nº102, 2022, p.30-31).

Fernando Rabossi, Nico Tassi (2023, p. 67 - 69) e Mizukami (2011, p. 276 – 277) vêm apontando para a mobilização destes números como ferramenta mobilizada por grupos estabelecidos para impactar a opinião pública. No caso dos celulares, pegaremos por um lado os dados de entrada de celulares não homologados pelo IDC (base de dados utilizada pela ABINEE), 2.631.000 aparelhos, e cruzaremos com o valor de 4 bilhões de reais em evasão fiscal apresentado, a média do valor de tributação de cada aparelho seria de 1520,91 reais, valor mais alto que o de mercado dos aparelhos.

Todos estes dados passam a conferir legitimidade ao regime normativo legal (Tassi, Rabossi, 2023; Mizukami, 2011). A aproximação ao Conselho Nacional de Combate à pirataria e delitos de propriedade intelectual (CNCP), que é um órgão público, e ao Fórum Nacional de Combate à Pirataria (FNCP), que é privado, expande a representatividade proposta e ressoa em grupos econômicos com interesses próximo e agências de fiscalização. O Núcleo do Diretório Nacional do CNCP e Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), o Núcleo de combate ao contrabando e o Núcleo de acompanhamento da aplicação de boas práticas possuem

como participantes o próprio FNCP, a loja varejista Magazine Luiza por um lado, e a Receita Federal e a Polícia Rodoviária Federal por outro.

Estes dados permitem aproximar a proposta Ribeiro (2010) de que é preciso observar como se estabelecem relações entendendo que elas “[...] existem em um campo de relações sociais atravessado por classes sociais, pela presença do Estado e o acesso diferenciado a recursos sociais (2010, p.24-25). Assim, no caso brasileiro, as fabricantes, lojistas e agentes de fiscalização parecem atuar com sentidos próximos, ambos contrários a circulação de aparelhos não homologados, enquanto a Agência Nacional de Telecomunicações faz a mediação, tira de circulação alguns aparelhos e permite outros, realiza uma gestão da circulação.

5 CONCLUSÃO

5.1 GLOBALIZAÇÃO POPULAR – BIOGRAFIA E VIAS SECUNDÁRIAS

Conheceremos, neste capítulo, as especificidades das jornadas pela globalização popular. Durante os capítulos anteriores, o celular circulou por um carro próprio e um ônibus de linha, do Paraguai para o Brasil, transitando entre ordens legítimas. Esta forma de circulação é lida aqui como vias secundárias da globalização (Knowles, 2017). Contudo, observamos como o celular passa de mão em mão por atores do povo (Ribeiro, 2010) e objetivamente se trata de práticas absolutamente globalizadas (Tassi, Rabossi, 2023) porque um celular que viaja da China para o Paraguai, acessa o Brasil através de sacoleiros e é vendido em São Paulo não participa menos da globalização do que um vendido nas Casas Bahia, o que se altera é quem operacionaliza, e por isso chamamos de globalização popular.

O argumento deste capítulo é que as jornadas artesanais e sistemáticas de sacoleiros e freteiros são relevantes para a globalização mais geral, e apontamos para as particularidades de um tipo específico de globalização popular. A biografia de nosso Rnote fica em segundo plano aqui para subirmos em abstração e pensar elementos mais gerais de todo o processo.

5.2 BIOGRAFIAS

A biografia geral dos modelos de smartphones possui um tempo curto de fabricação entre nove meses e um ano. Este período pode ser decomposto em dois momentos: 1) Pré-lançamento. Os aparelhos estão em produção três meses antes do lançamento oficial. As lojas são comunicadas e passam a importar os aparelhos para aguardar o lançamento; 2) Pós-lançamento. Os aparelhos são produzidos e importados de seis a nove meses seguintes²². A manutenção dos aparelhos no mercado, além deste período, se deve ao excedente de importação ou compra para revenda. Para exemplificar, demonstrarei com aparelhos da linha Redmi Note que trabalhamos.

REDMI NOTE 11:

Estimativa de início da produção: setembro de 2021.

Comunicado de lançamento global: janeiro de 2022.

Lançamento em Ciudad del Este: janeiro de 2022 (224,90 dólares).

Lançamento no Brasil: abril de 2022. (2.599,00 reais).

Estimativa de fim da produção: agosto de 2022.

REDMI NOTE 12:

Estimativa de início da produção: setembro de 2022.

Comunicado de lançamento global: janeiro de 2023.

Lançamento em Ciudad del Este: março de 2023 (169,50 dólares).

Lançamento no Brasil: abril de 2023. (2.449,99 reais).

Estimativa de fim da produção: agosto de 2023.

REDMI NOTE 13:

Estimativa de início da produção: setembro de 2023.

Comunicado de lançamento global: janeiro de 2024.

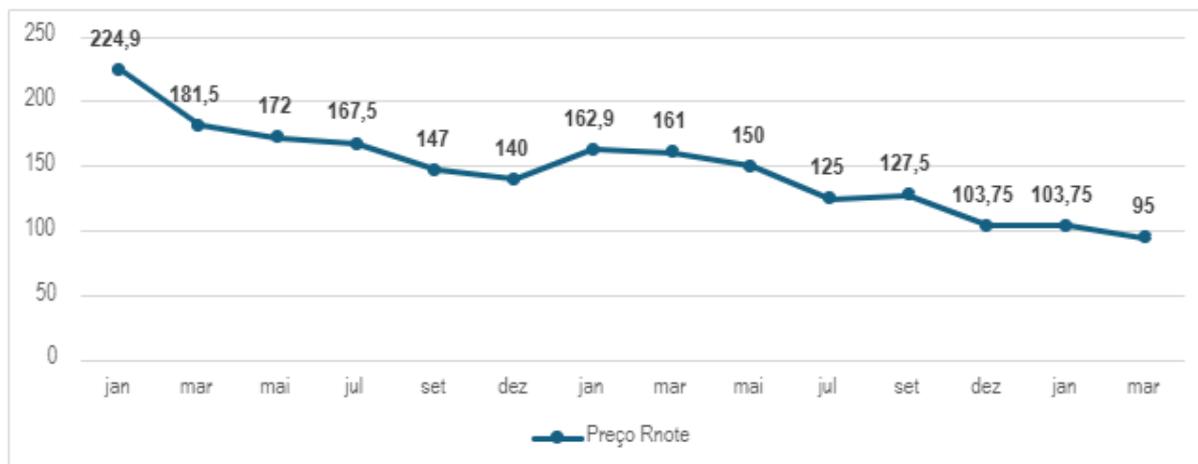
Lançamento em Ciudad del Este: fevereiro de 2024 (205,75 dólares).

Lançamento no Brasil: fevereiro de 2024 (1.999,00 reais).

Estimativa de fim da produção: agosto de 2024.

A partir destes dados indico que um celular perpassa fases de prestígio durante sua situação mercantil. Quando um modelo de aparelho é lançado, é realizado um evento para ele e sua linha. Neste momento, é evocada uma série de conhecimentos técnicos a respeito de suas características e seus diferenciais em relação a outros aparelhos. Compreendo este momento como o ápice do prestígio em sua situação mercantil, e por isso é o momento em que seu preço esta mais alto. A partir do lançamento, as novidades são incorporadas em eventos de consagração de novos aparelhos, fazendo com que o prestígio circule. Isto pode ser evidenciado através da flutuação de preço de nosso Rnote no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Flutuação de preço do Rnote entre janeiro de 2022 e março de 2024



Fonte: Dados do site "Compras no Paraguai" organizados pelo autor.

Esta flutuação de preços sugere um mercado que se renova rapidamente e se interpenetra. Este movimento faz com o que valor de mercado flutue até chegar ao famoso "preço de custo" que se traduz nos custos de produção + importação. Este momento mais distante do lançamento, e o de menor "prestígio" na situação mercantil do aparelho, tende a ser evitado por lojas e vendedores em qualquer etapa das jornadas, e é indicativo de que alguma etapa de logística "deu errado".

Pude constatar em campo na rua Santa Efigênia a rapidez da chegada dos aparelhos. Encontrei o Xiaomi Redmi Note 13 C em alguns boxes no dia 12 de dezembro de 2023, data de lançamento do aparelho no Brasil. E pesquisando, posteriormente, encontrei o aparelho para venda por 899,00 reais em um vídeo de 08 de novembro de 2023. O preço de lançamento no Brasil foi de 1.299,00. Esta logística acelerada enseja meios de circulação para sua efetivação.

5.3 AS VIAS SECUNDÁRIAS

Em uma viagem de ônibus que faz a linha de Foz do Iguaçu (PR) para São Paulo (SP), em que é comum o trânsito de sacoleiros, pude observar os celulares nas sacolas dividindo o mesmo meio de transporte de uma delegação de *kickboxing* que havia disputado o torneio sul-americano da modalidade em Foz do Iguaçu (PR). Neste momento, compreendi quão particular é esta forma de circulação. Os celulares estão em vias de assumir sua situação mercantil, mas não estão viajando com outras coisas

que se destinam a troca, e sim objetos absolutamente singularizados, e precisei de luvas e roupas de luta para me dar conta disso.

Caroline Knowles (2017 p.215 - 238) apreendeu empiricamente que vias secundárias se cruzam e se confundem com rotas hegemônicas da globalização, inclusive, utilizando os mesmos locais de transporte para se efetivar. O transporte por rotas hegemônicas através de ônibus de linha é muitíssimo interessante porque as viagens são diárias, e permitem acelerar a circulação. Fundamental para a biografia do celular como indicado. Assim, penso as vias secundárias a partir do transporte popular. Entendo o transporte popular como meio de circulação de mercadorias operacionalizado por atores da globalização popular que custeiam toda ou a maior parte do transporte. Indico aqui, especificamente, o transporte popular através de carros e ônibus.

5.3.1 Viajando de carro

Viajei com um interlocutor que tem carro próprio, e mais duas pessoas, de uma cidade do interior do estado de São Paulo para Ciudad del Este. Dividimos os custos de combustível e hotel entre os quatro e gastamos cerca de 400 reais cada. Apesar de ser em torno de 12 horas de viagem, não foi algo desgastante, paramos quando necessário, as paradas podiam ser longas ou breves. O motorista foi indicando as estradas que conhecia e pensando no trajeto enquanto viajava, e o tempo passou de pressa.

A circulação pode se dar através de carros: a) próprios, ou seja, do próprio sacoleiro ou freteiro. Neste caso, o veículo corre o risco de ser apreendido em caso de fiscalização e apreensão das mercadorias, e é relevante o desgaste de peças e depreciação da vida útil do carro, porque muitas as rodovias não se encontram nas melhores condições; b) alugados, ou seja, de empresas terceirizadas. Nesta situação, o valor final tem o acréscimo do aluguel do veículo, em caso de apreensão de mercadorias e do carro, quem se responsabiliza é a locadora. Contudo, a partir do momento que uma pessoa têm mercadorias apreendidas e processos relacionados à esta prática as empresas de locação deixam de fornecer este serviço.

Para a circulação de celulares em jornadas artesanais e compras de “formiguinha” o carro parece ideal, seja próprio ou alugado, porque o risco de apreensão dos veículos neste caso é baixo, e acelera o tempo de viagem permitindo

que o celular esteja à venda antes, seja anunciado e chegue à “boca do povo”, caminhando a efetivação da situação mercantil. Para as jornadas sistemáticas, o carro corre risco de ser apreendido a toda viagem, as viagens são aceleradas, e a situação mercantil dos aparelhos agradece porque permite a inserção contínua no mercado.

5.3.2 Viajando de ônibus

Minha primeira viagem de ônibus realizando campo foi a pior viagem que já fiz durante toda a vida. Fui de Cascavel (PR) para São Paulo (SP). Viajei resfriado, o ônibus entrava chuva pela janela, o ar-condicionado tinha um cheiro de sujeira/poeira mais forte que o normal, foram 15 horas dividindo o mesmo encosto de braço com uma pessoa parecida com o Sylvester Stallone, ou pelo menos com o mesmo tamanho.

Depois mais 15 horas para voltar – então, em uma situação de mais conforto, mas fui esquecido pelo ônibus em uma parada ao lado de Cascavel (PR), em Corbélia (PR), e tive que pegar “carona” com outro ônibus para chegar a rodoviária de Cascavel (PR). Dei sorte que cheguei a tempo de encontrar meu ônibus estacionado e pegar minha mochila que tinha ficado na poltrona. Depois da viagem, passei por um tratamento longo com antibiótico para sinusite.

Depois desta primeira viagem, passei a pensar em como os corpos são forjados pelas práticas. Os freteiros e viajantes que vão de Foz do Iguaçu (PR) para São Paulo (SP) viajam cerca 18 de horas, entregam as mercadorias e embarcam no ônibus de volta para a fronteira. Alguns conseguem viajar três vezes por semana, das 168 horas da semana, aproximadamente 100 são dentro de um ônibus.

As passagens de ônibus de linha convencional de Foz do Iguaçu para São Paulo custam na faixa de 180,00 reais. Empresas estabelecidas se aproveitam dessa circulação, mesmo que não seja a maioria dos passageiros, são pessoas que viajam de forma sistemática. As apreensões em ônibus de linha incorrem em apreensão das mercadorias e abertura de um processo por descaminho.

A circulação pode ocorrer também através de ônibus de turismo. Este método é utilizado, principalmente, para realizar compras mais volumosas. Foi utilizado de forma mais densa durante a década de 1980 e 1990, contudo, permanece ativo. A diminuição da utilização deste meio se deve a fiscalização contínua da Receita

Federal e Polícia Rodoviária Federal que apreendem o veículo e as mercadorias porque geralmente circulam expressivamente acima da cota permitida.

5.4 ENTRE O LEGAL E O ILEGAL

O fato é que a globalização popular tem diferentes facetas aqui. É parte de um processo mais geral do capital, que visa acessar locais onde ordens jurídicas e econômicas permitem expansão da acumulação (Cardin, 2011; Tassi, Rabossi, 2023). No caso observado, a biografia do celular efetivando sua situação mercantil ou não (penso principalmente em casos de apreensão), os fabricantes produziram, venderam e acumularam. Tudo dentro do universo “legal”.

Setores populares em diferentes posições encontraram rendas que superam o trabalho assalariado, e efetivamente estão inseridos em uma “cultura adaptada ao desemprego, ao risco e a insegurança” (Machado da Silva, 2002, p.101). Aqui a insegurança perpassa um universo “ilegal”, contudo, as mercadorias são lidas como lícitas. Estes elementos marcam as passagens da biografia de nosso Rnote, mas não só dele.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, J. L. C.. Fronteiras: entre os caminhos da observação e os labirintos da interpretação. In: COLOGNESE, Silvio; CARDIN, Eric. (Org.). As ciências sociais nas fronteiras. 1ed.Cascavel: JB, 2014, v. 01, p. 61 - 80.

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução Agatha Bacelar. – 2. Ed. – Niterói. Editora: Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), 2021.

CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. Araraquara, 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2011.

_____. **Sacoleiros e laranjas na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2006.

CARDIN, E. G; RENOLDI. B. A mercadoria morre no volume: Controles, ilegalismos e mutações na fronteira Paraguai/Brasil. In: Francilene dos Santos Rodrigues [et al.] (org). Estudos transdisciplinares em regiões de fronteira: Migração, violência e direitos humanos em tempos de pandemia. 1. ed. Boa Vista: Editora UFRR, 2020. p. 326-343.

FELTRAN, G. de S. (org). *Stolen Cars: A Journey Through São Paulo's Urban Conflict*. Estados Unidos: Wiley, 2021. 272 páginas.

_____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 232–255, 2012. DOI: 10.31060/rbsp. 2012. v6 n2.118. Disponível em:

<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/118>.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, 2010.

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo**, 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KNOWLES, Caroline. Nas trilhas de um chinelo: Uma jornada pelas vias secundárias da Globalização. Flip-flop: A Journey through globalization's backroad/Caroline Knowles; Tradução: Angelo Martins Jr; Júlio Davies. – [ed.1] – São Paulo: Annablume, 2017.

KOPYTOFF, Igor. A Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução Agatha Bacelar. – 2. Ed. – Niterói. Editora: Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), 2021.

LIPSKY, Michael. Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2019.

MACHADO, L. A. Da Informalidade à Empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Caderno CRH, [S. l.], v. 15, n. 37, 2006.

_____. O mundo popular: trabalho e condições de vida. Organizadoras: Mariana Cavalcanti, Eugênia Motta, Marcella Araujo. Rio de Janeiro (RJ). Papéis Selvagens, 2018.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. Estudos Avançados, [S. l.], v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10272>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. "**A garantia soy yo**": etnografia das práticas comerciais entre camelôs nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2004.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: Vidas e vendas num mercado defronteira. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

RANGEL, Felipe. **A empresarização do comércio popular em São Paulo**: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente, 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2019.

RIBEIRO, G. L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, p. 21–38, out. 2010.

SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de Oliveira. **Vida em conexão**: celulares, usuários e mercado na construção do novo social. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-22012015-183324. Acesso em: 2024-04-04.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otavio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, 1967.

STALLYBRASS, Peter. O Casaco de Marx: Roupas, memórias, dor. Tradução: Tomaz Tadeu. Editora Autêntica; 3ª edição, 2007.

TASSI, Nico; RABOSSO, Fernando. Globalización popular en América Latina: por una teoría etnográfica.. IDIS; LEST-Laboratoire d'Economie et de Sociologie du Travail. Grupo Impresor, pp.262, 2023, Cuadernos de Investigacion.

TELLES. V. (2010). Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. Dilemas-Revista de estudos de conflito e controle social, v. 2, n. 5-6, p. 97-126.

TELLES, Vera S. & HIRATA, Daniel. (2007), "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". Revista de Estudos Avançados da USP, 21 (61): 171-191.

WEBER, Max (1921-22) **Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva** (Brasília: Editora UnB, 2004, 4a ed.), vol. 1, Primeira Parte, cap. 1. (p. 3-35)